

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HENRIQUE SANTOS DREBES

**COMÉRCIO CONTEMPORÂNEO ENTRE BRASIL E CHINA:
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES**

Porto Alegre

2014

HENRIQUE SANTOS DREBES

**COMÉRCIO CONTEMPORÂNEO ENTRE BRASIL E CHINA:
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES**

Trabalho de diplomação apresentado à comissão de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2014

HENRIQUE SANTOS DREBES

**COMÉRCIO CONTEMPORÂNEO ENTRE BRASIL E CHINA:
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES**

Trabalho de diplomação apresentado à comissão de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 2 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

Prof. Dr. Flávio Benevett Fligenspan
UFRGS

“Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor.”

Johann Goethe

Dedico este trabalho a cada um que faz parte do meu universo, em especial, família, amigos, professores e colegas.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o comércio bilateral contemporâneo entre Brasil e China, a partir de uma revisão da fundamentação teórica e das principais informações acerca desse. Procurou-se utilizar as principais variáveis que relacionam o comércio com possíveis ganhos ou perdas de bem-estar. Para tanto, tendo em conta o contexto recente de globalização e mudança das relações comerciais mundiais, foram apresentados dados específicos do comércio entre os dois países, sendo eles a evolução do comércio bilateral, a composição da pauta e termos de troca, bem como uma análise teórica baseada em estudos anteriores sobre a desindustrialização brasileira e a trajetória do crescimento chinês. Conclui-se que as tendências do comércio sino-brasileiro apresentam diversos aspectos positivos no curto prazo; entretanto, no longo prazo, os efeitos são incertos e largamente dependentes da trajetória chinesa de crescimento, cabendo ao Brasil saber administrar os benefícios disponíveis para ser capaz de se proteger ou usufruir não só das ameaças ou oportunidades apresentadas pela China, mas de todo o novo contexto no qual o país está inserido.

Palavras-chave: Comércio Internacional. Brasil e China. Ascensão chinesa.

Classificação “Journal of Economic Literature” (JEL): F14

ABSTRACT

The present work aims as its main goal to analyze the bilateral contemporary trade between Brazil and China, out of a theoretical foundation and of the main information pieces around the trade. It intended to utilize the main variables that relate to trade with possible gains or losses of well-being. For this, acknowledging the recent context of globalization and changes in the world commercial relations, specific data was presented regarding the trade between the two countries, being them the evolution of bilateral trade, the commerce composition, and the terms of trade, together with a theoretical analysis based in past studies about the Brazilian deindustrialization and the Chinese growth trajectory. It was concluded that the Brazilian-Chinese trade trends present several positive aspects in the short-run; however, in the long-run, the effects are uncertain and largely dependable on the Chinese growth trajectory, being Brazil's role to manage the benefits available to be capable of not only protect or benefit from the threats and opportunities presented by China, but by the whole new context which the country is inserted in.

Keywords: International Trade. Brazil and China. Chinese rise.

“Journal of economic literature” (JEL) classification: F14

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações mundiais de mercadorias, 1870-1998 (participação do PIB mundial)	30
Gráfico 2 – Evolução do PIB em Economias Seleccionadas, 1970–2013 (US\$ trilhões correntes)	36
Gráfico 3 – Comércio internacional de mercadorias em países seleccionados, 1970-2012 (participação do PIB).....	37
Gráfico 4 – Índice de Preços de todas <i>commodities</i> no mercado mundial, 2000-2014 (2005 = 100).....	39
Gráfico 5 – Corrente e Saldo do Comércio Brasil e China, 1989-2013 (US\$ bilhões correntes)	46
Gráfico 6 – Participação chinesa em variáveis seleccionadas do comércio exterior brasileiro, 1989-2013.....	47
Gráfico 7 – Pauta de exportações do Brasil para a China, 2000-2013.....	49
Gráfico 8 – Pauta de importações do Brasil originada na China, 2000-2013.....	49
Gráfico 9 – Termos de Troca entre Brasil e parceiros seleccionados, 1985-2013 (2006 = 100)	52
Gráfico 10 – Taxa de câmbio real entre o Real e moedas seleccionadas, 1985-2013 (Dez/2003 = 100).....	55
Gráfico 11 – Parcela do PIB mundial, países e regiões seleccionadas, 1-2001.....	56
Gráfico 12 – Composição do PIB Chinês, 1990-2013.....	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS	11
2.1	ORIGENS DA TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	11
2.2	MODELOS CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO	12
2.2.1	Modelo ricardiano	12
2.2.2	Modelo da proporção dos fatores	14
2.3	MODELO-PADRÃO DE EQUILÍBRIO GERAL	15
2.4	PRINCIPAIS CRÍTICAS	19
2.4.1	Deterioração secular dos termos de troca	19
2.4.2	Indústria infante	21
2.4.3	Desindustrialização precoce e a doença holandesa	22
2.5	NOVOS MODELOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	24
2.5.1	Economias de escala e concorrência monopolística	24
2.5.2	Vantagens competitivas das nações	26
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
3	BRASIL E CHINA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	29
3.1	EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL	29
3.1.1	Globalização	30
3.1.2	Panorama atual	32
3.2	RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	34
3.2.1	Histórico	34
3.2.2	Período 2000 a 2008	38
3.2.3	Pós-crise de 2008 e panorama atual	39
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
4	RELAÇÕES BRASIL E CHINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	44
4.1	EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL	44
4.2	COMPOSIÇÃO DA PAUTA DE COMÉRCIO	47

4.3	TERMOS DE TROCA.....	50
4.4	DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE BRASILEIRA.....	52
4.5	TRAJETÓRIA DO CRESCIMENTO CHINÊS E TRANSBORDAMENTOS	55
4.6	Considerações finais.....	58
5	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China ao posto de segunda maior economia, ultrapassando o PIB do Japão em termos nominais, e também de maior potência comercial, desbancando os Estados Unidos, em 2012, gera tanto entusiasmo, quando ponderados os possíveis efeitos benéficos para a economia de um mercado de mais de um bilhão de consumidores, quanto preocupação, quando pensada em relação à política imprevisível chinesa de um “socialismo de mercado”, a práticas desleais de comércio e de câmbio, e à ascensão de um país altamente competitivo que se industrializa em um ritmo frenético. A China, talvez agora mais do que nunca, está no centro das atenções, já que praticamente todos os países do mundo têm algum interesse relacionado com o gigante asiático, seja concorrendo ou cooperando.

O *boom* chinês também afetou fortemente a demanda por recursos naturais, contribuindo para uma alta nos preços das *commodities* sentida no mundo todo, pela qual o Brasil foi beneficiado por meio da sua balança comercial, já que boa parte da sua pauta de exportações, em especial para a China, se constitui de produtos que tiveram uma grande alta de preços. O Brasil, portanto, foi capaz de gerar mais divisas e ampliar sua capacidade de importar no período recente devido, principalmente, mas não somente, ao aumento dos preços das *commodities*. A ascensão chinesa, neste contexto, também levou a um estreitamento de laços comerciais com o Brasil, fazendo da China o seu mais importante parceiro comercial tanto em exportações quanto importações desde 2012.

Do lado acadêmico, o crescimento recente da China tem sido alvo de muita controvérsia, havendo argumentos pró e contra os efeitos deste país no Brasil. Enquanto que pouco se discuta sobre os benefícios de curto prazo da demanda dos chineses pelos produtos brasileiros, os efeitos de longo prazo são amplamente debatidos e, em larga medida, inconclusivos. Por um lado, argumenta-se que o crescente comércio com a China leva a ganhos de comércio entre os dois países, aumentando a especialização produtiva e os ganhos de escala, e, portanto, um aumento do bem-estar nacional dos dois. Por outro lado, este mesmo empurrão tem sido alvo de críticas, pois se argumenta que o comércio bilateral entre China e Brasil seria altamente desfavorável para o último, já que este exporta principalmente *commodities*, à medida que aquele exporta produtos manufaturados e com maior valor agregado, gerando uma desigualdade entre os termos de troca. Além disso, teme-se que a inundação de produtos da China no Brasil aprofunde o processo prévio de desindustrialização precoce, impedindo o ciclo natural de desenvolvimento da economia.

Em meio a este cenário turbulento e de transição, este trabalho busca discutir alguns de seus pontos mais polêmicos, tendo como objetivo central analisar os potenciais efeitos da ascensão chinesa, sejam ameaças ou oportunidades, sobre a economia brasileira, enfatizando a dimensão do comércio internacional. Como objetivos secundários, busca-se contribuir para a elucidação das seguintes questões: O que o aumento da corrente de comércio com a China trouxe ao Brasil? Como tem se comportado a pauta de exportação e importação do Brasil para a China? Qual seria o papel da evolução dos termos de troca entre somente os dois países? Há uma tendência de deterioração ou apreciação, e, se sim, para qual país no período estudado? O processo de desindustrialização tem se acelerado devido à China? Essa tendência persistirá? Espera-se, como hipótese primária, que o cenário foi favorável ao Brasil nas variáveis de curto prazo no período recente, mas com grandes incertezas e falta de conclusões em relação às variáveis de longo prazo, muito devido à natureza recente dos fluxos comerciais entre os dois países. Desta forma, busca-se compilar as conclusões das principais escolas de pensamento em relação aos dados específicos dos dois países, sem se ter a pretensão de concluir se a ascensão chinesa e o crescente fluxo de comércio entre os dois países realmente trouxeram ou trarão um benefício líquido, já que não há consenso em muitas das variáveis estudadas.

Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: após esta breve introdução, no segundo capítulo, são exploradas, em uma cronologia histórica, as principais referências teóricas na área de comércio internacional, buscando compreender como o comércio entre países pode afetar o produto de uma economia, para que, no terceiro capítulo, seja contextualizado o comércio internacional na conjuntura atual, juntamente com as questões diretamente relacionadas com o assunto: as relações sino-brasileiras, com foco na economia e comércio. No quarto capítulo, são apresentadas as análises a partir dos dados e das informações pertinentes aos principais fatores que afetam o bem-estar a partir do comércio entre o Brasil e China, bem como as suas limitações. Finalmente, no quinto capítulo, constarão as principais conclusões acerca da análise feita no capítulo anterior.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem por objetivo demarcar alguns dos aspectos teóricos que balizam a discussão sobre os determinantes e efeitos do comércio internacional. O foco da literatura relacionado a esta temática sempre foi o porquê e em qual medida deveria haver comércio entre os países. Embora haja certo consenso de que um país possa importar produtos os quais ele próprio não tem capacidade de produzir, a questão não é tão óbvia quando se trata de um produto o qual possa ser produzido domesticamente ou que seja considerado estratégico no plano nacional. Igualmente polêmica é a questão da relativa imobilidade e desigualdade dos fatores de produção entre os países, que gera diferentes possibilidades de produção. Tomando em conta questões como essas, difíceis de serem respondidas, a literatura aborda principalmente a magnitude, o padrão, e os possíveis ganhos (e perdas) do comércio entre países.

2.1 ORIGENS DA TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Poucos assuntos são de tamanha complexidade tal como é o comércio internacional; talvez um dos mais amplamente debatidos temas na literatura econômica, sempre foi um assunto importante decidir o quanto se trocava (ou não) com o povo, a tribo ou a nação vizinha. Entretanto, apenas por volta dos séculos XV, XVI e XVII, o período de formação dos estados nacionais e a ideia de “país”, que começaram os primeiros movimentos em direção a uma formalização do apunhado de ideias que constituíam o comércio internacional na época, sob a forma do pensamento Mercantilista, o qual, embora seja fragmentado e focado muito mais em recomendações de políticas econômicas do que em uma formalização teórica, constitui-se no ponto de partida tanto para o pensamento econômico quanto para o comércio internacional. Segundo Magnusson (2003), entre as características mais comuns dos pensadores caracterizados como mercantilistas estão conceitos como a acumulação de metais preciosos, a exportação líquida de manufaturas e um comércio internacional administrado, embora não se atenham somente a estas, devido à natureza pouco coesa dessa vertente do pensamento econômico.

Diretamente contra essas ideias estava Adam Smith (1776), um dos principais expoentes da assim chamada escola clássica e que, na sua principal obra, criticou ferrenhamente a lógica mercantilista devido a sua confusão entre riqueza e dinheiro. Para ele, os ganhos da sociedade como um todo vinham da divisão do trabalho, e, para maximizar as possibilidades de

especialização do trabalho, é necessário o aumento do mercado consumidor mundial, que somente seria obtido por meio do livre-comércio ou, pelo menos, da diminuição das barreiras ao comércio entre os países. Apenas assim os países poderiam se especializar naquilo que Smith chamava de vantagens absolutas: a relação de troca entre os países deveria envolver somente o custo em unidades de trabalho que os países tinham. Dessa forma, os países que produzissem melhor e mais eficientemente determinado produto deveriam ser os responsáveis pela produção desse em uma escala global.

Hoje, tanto as teorias dos mercantilistas como a de Smith, em relação ao comércio internacional, são menos influentes do que originalmente, embora muitas de suas proposições ainda sigam em pauta. Se, por um lado, o pensamento mercantilista influenciou diversos economistas, tais como Friedrich List (1889) e John Maynard Keynes (1933), que foram capazes de desenvolver a ideia em uma teoria mais sólida e influente, as teorias de Adam Smith influenciaram decisivamente o que viriam a se tornar hoje as teorias hegemônicas de comércio internacional, baseadas nas vantagens relativas.

2.2 MODELOS CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO

Advindos principalmente do modelo de Adam Smith, estas teorias focam na vantagem competitiva de uma nação e na sua dotação de fatores. São algumas das suposições fundamentais as características ideais de concorrência perfeita, racionalidade e ausência de custos de transação.

2.2.1 Modelo ricardiano

Ao escrever sua principal obra, *Princípios de Economia Política e Tributação*, David Ricardo (1817) abordou o comércio internacional de uma maneira que viria a revolucionar o tratamento teórico tomado a partir de então. Seu principal argumento era que, devido à escassez de recursos na economia mundial, entres eles a terra, gerar-se-ia uma tendência à utilização das terras cada vez menos férteis na agricultura. A taxa de lucro do capitalista que arrendasse este último lote de terra seria a taxa de lucro da economia, que seria puxada para baixo em todo o país graças ao próprio crescimento da demanda por alimentos. Em contrapartida, enquanto as terras mais férteis continuariam rendendo a mesma taxa de lucro, mais baixa, ao capitalista arrendatário, o proprietário de terras ganharia uma parcela crescente de renda da terra, a qual

não seria gasta em um consumo produtivo, levando a uma estagnação da economia devido a esta transferência de renda. Para, ao menos, retardar este efeito, Ricardo propõe a adoção do modelo de comércio exterior das vantagens comparativas, no qual o país deveria se especializar na produção do bem que produz relativamente melhor do que os demais, não importando se possui vantagem absoluta na produção daquele bem. Dessa forma, as terras menos férteis não necessitariam ser utilizadas, já que haveria uma abundância de terras férteis no exterior, o que efetivamente elevaria a taxa de lucro, com o redirecionamento do capital aos setores mais rentáveis.

Este modelo é explicado mais claramente por meio da ideia de custos de oportunidade. Ricardo utiliza o clássico exemplo da produção de vinho e tecidos por Portugal e Inglaterra, no qual Portugal tem vantagem absoluta na produção de ambos os bens. Supõe-se que os custos unitários de produção em horas de trabalho, o único fator de produção do modelo, sejam estes:

Tabela 1 – Exemplo Ricardiano

	Vinho	Tecido
Portugal	80	90
Inglaterra	120	100

Fonte: elaboração própria com base em Ricardo (1996).

Neste exemplo proposto, se não houver comércio, nenhum dos países se especializará na produção de apenas um bem. Contudo, se permitido o comércio, a produção em Portugal tenderá a se especializar em vinho e a produção na Inglaterra, em tecidos, devido às suas vantagens comparativas: o vinho é relativamente mais facilmente produzido em Portugal do que na Inglaterra, já que a razão das necessidades de horas de trabalho entre vinho e tecido de Portugal (80/90) é menor do que as da Inglaterra (120/100). O mesmo ocorre se pensado do ponto de vista da Inglaterra e dos tecidos: a razão das necessidades de horas de trabalho entre tecido e vinho é menor na Inglaterra (100/120) do que em Portugal (80/90). Essa lógica permite com que ambos se especializem no bem o qual produzem relativamente melhor e aumentem a produção global, potencialmente deixando todos em uma situação melhor que a anterior. Sendo assim, o modelo de Ricardo prevê um possível padrão de comércio exterior baseado na tecnologia, no qual os países exportam bens que são relativamente menos custosos em termos de trabalho e importam aqueles bens que são relativamente mais custosos em termos de trabalho. Esse princípio foi testado empiricamente, comparando a produtividade dos Estados Unidos e suas exportações com as da Inglaterra, e verificou-se uma forte correlação positiva nos dados (MACDOUGALL, 1951).

Samuelson (1962) procurou demonstrar que o livre-comércio permitiria o aumento da curva de possibilidade de produção, possivelmente melhorando a vida de todos. Dornbusch, Fischer e Samuelson (1977) ampliaram o modelo ricardiano para um grande número de bens e obtiveram conclusões semelhantes, reforçando os argumentos centrais de Ricardo, nos quais os países devem focar sua produção nos bens que são relativamente menos custosos de se produzir. Além disso, os mesmos autores desenvolveram modelos com custos de transporte, tarifas e bens não comercializáveis, que ajudam a superar a falta de evidência empírica de uma superespecialização produtiva dos países.

Até hoje, o modelo Ricardiano é um dos mais esclarecedores e explicativos da literatura econômica. Apesar de possuir algumas hipóteses restritivas, ele tem um ótimo poder explicativo e uma lógica precisa. Este modelo foi capaz de ditar a fundação das teorias do comércio internacional, cujo foco não é mais entender se há benefícios ou não no comércio, mas sim como eles funcionam, de onde eles vêm, e, por que algumas nações aparentemente se beneficiam mais dele do que outras.

2.2.2 Modelo da proporção dos fatores

O modelo da proporção dos fatores, também chamado de modelo Heckscher-Ohlin (OHLIN, 1933), difere fundamentalmente do modelo ricardiano no que se refere às causas das vantagens comparativas. Nele, supõe-se tecnologia de produção homogênea entre os países, sendo os custos de produção dos bens determinados pelas dotações de fatores dos países, como terra, mão de obra e capital. Assim, os países tenderiam a produzir e exportar aqueles bens os quais utilizassem mais intensamente os fatores os quais o país possui em abundância, sendo o inverso verdadeiro para a importação de bens.

Esta teoria leva a conclusões interessantes sobre a distribuição de renda e a remuneração dos fatores dentro de um país. Com o comércio internacional, haveria uma convergência dos preços dos produtos comercializados, afetando fortemente a remuneração dos fatores, de modo que ela tenderia a se equalizar entre os países, o que levaria a uma redistribuição de renda dos proprietários destes fatores. Em relação à condição inicial de uma economia fechada, os proprietários do fator abundante sairiam ganhando, enquanto os proprietários do fator escasso sairiam perdendo. Entretanto, a economia como um todo produziria mais, sendo possível melhorar a vida de cada indivíduo, mesmo que, em um primeiro momento, haja perdedores (SAMUELSON, 1948).

O modelo de Heckscher-Ohlin, no entanto, não apresenta muito poder de explicação sobre o padrão do comércio mundial. A mais conhecida crítica é o paradoxo de Leontief (1951), no qual ele mostrou que, apesar da abundância relativa de capital nos Estados Unidos, o país exportava produtos intensivos em mão de obra, indo diretamente contra as conclusões do modelo. Supõe-se que o principal motivo disso sejam as diferenças de tecnologia entre os países, embora ainda não haja consenso sobre o que gera este paradoxo.

Estas limitações se devem, principalmente, às suas hipóteses irrealistas de tecnologia homogênea e da produção com apenas dois fatores, e muito do progresso nessa teoria vem progredindo para superar estas limitações e criar modelos que incluam estas variáveis e outros fatores, como tecnologia (DAVIS; WEINSTEIN, 1998) e capital humano (FINDLAY; KIERZKOWSKI, 1983).

2.3 MODELO-PADRÃO DE EQUILÍBRIO GERAL

Embora os modelos apresentados anteriormente, o ricardiano e o Heckscher-Ohlin, sejam bem construídos e tenham seu poder de explicação, separadamente, são muito limitados, pois focam em aspectos da realidade que o outro omite. Um modelo de equilíbrio geral, como proposto por Dixit e Norman (1980), seria a melhor opção para responder as principais questões sobre o comércio internacional. Dessa forma, é possível explicar um padrão de comércio determinado tanto pela dotação de fatores quanto tecnologia, unindo as fortalezas das duas teorias econômicas, conforme expresso visualmente na Figura 1, sendo esta a principal forma de exposição do comércio internacional e sua dinâmica nos livros-texto atuais (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999, cap. 5; PINDYCK; RUBINFELD, 2010, cap. 16).

A fronteira de possibilidade de produção de um país mostra as diversas combinações de bens que podem ser produzidas com uma quantidade fixa de insumos e tecnologia constante, os quais dependem das características desta economia. Qualquer ponto dentro desta fronteira é uma combinação de produção de bens possível, porém ineficiente; pontos ótimos seriam aqueles que tangenciam a fronteira de possibilidade de produção, já que utilizaria todos os recursos disponíveis da economia para a produção, e, portanto, proporcionando o maior bem-estar possível. Para efeitos de simplificação, neste modelo, é usada uma curva de fronteira de possibilidades entre somente dois bens, α e β .

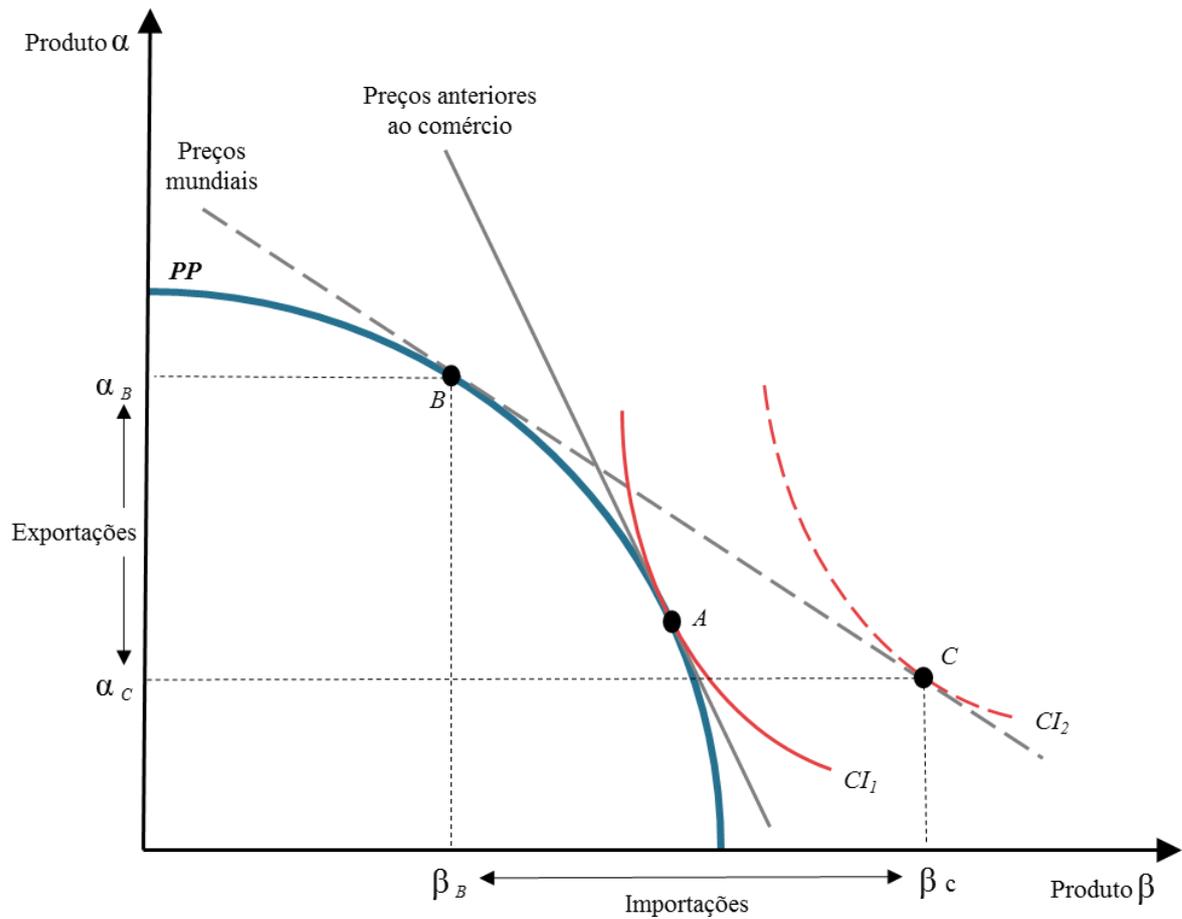
Com a suposição de mercado perfeitamente competitivo e eficiente, o produto desta economia é maximizado a preços de mercado dados, fazendo com que o ponto escolhido nesta

fronteira de possibilidade de produção seja aquele tangente à linha de isovalor, ou seja, as linhas ao longo das quais o valor da produção é igual. Uma mudança nos preços relativos causa uma mudança na inclinação da curva de isovalor e altera o ponto de tangência na fronteira de possibilidade de produção e, portanto, alterando a composição do que é produzido na economia em direção ao bem cujo preço aumentou.

O consumo é exemplificado por meio de uma curva de indiferença, a qual é a representação de todas as combinações de cestas de mercado que geram o mesmo nível de satisfação para um consumidor. Elas possuem um formato convexo, refletindo a preferência pela diversidade da cesta de consumo, e, quando representadas em conjunto, são capazes de ordenar o bem-estar proporcionado por cada uma, sendo as curvas de indiferença que representam opções de consumo mais fartas preferíveis às que representam opções de consumo mais escassas, refletindo a ideia de que mais é melhor do que menos. Em uma economia fechada, ou seja, sem comércio exterior, o ponto de maior bem-estar situa-se no ponto em que a linha de isovalor toca a fronteira de possibilidade de produção.

Já em uma economia aberta, o comércio com outras nações permite que se consuma além da própria fronteira de possibilidades de produção, graças à especialização produtiva. Ao abrir a economia, os preços nacionais convergem com os internacionais, alterando a inclinação da linha de isovalor; como há comércio, o consumo pode se situar em qualquer ponto desta linha de isovalor, já que se torna possível exportar o excedente de bens que o país produz comparativamente mais eficientemente e trocá-lo por importações de outros bens que o país produz menos comparativamente eficiente. A magnitude da especialização decorrente do comércio depende do formato da fronteira de possibilidades de produção: na prática, não se observa uma especialização completa, pois há mais de um fator envolvido na produção das firmas e os retornos destes fatores são decrescentes, para uma dada tecnologia, o que dá um formato côncavo para a fronteira.

Figura 1 – Produção, consumo e comércio no modelo-padrão



Fonte: elaboração própria com base em (PINDYCK; RUBINFELD, 2010, p. 541).

Como consequência desta mudança na produção, há importantes mudanças na distribuição de renda interna do país, já que diferentes bens requerem diferentes fatores de produção para serem produzidos, o que altera a demanda, e, conseqüentemente, a remuneração destes fatores. No entanto, o fato de que uma nova curva de indiferença é atingida, CI_2 , demonstra que o país como um todo poderia consumir mais, provando que o comércio internacional geralmente gera um ganho de bem-estar líquido em relação a uma situação na qual não há comércio, podendo potencialmente ser benéfico a todos.

Ao se ter uma economia aberta, os preços mundiais continuam a influenciar o bem-estar decorrente do comércio, na forma de termos de troca. Eles são dados pela relação entre o preço dos bens exportados por um país divididos pelo preço dos bens importados pelo mesmo país. Quanto maior for esta relação, melhor para este país, pois, de acordo com seu padrão de comércio, pela mesma quantidade de bens exportada, ele importar uma quantidade maior de bens, refletindo no consumo o aumento dos termos de troca. Caso os termos de troca declinem,

o inverso ocorre e um país deve exportar mais para importar a mesma quantidade de bens que comprava antes, diminuindo o consumo e o bem-estar.

Esses termos de troca são determinados pelas curvas de oferta e demanda relativa mundiais. A oferta relativa mundial é dada pela oferta dos países que se engajam no comércio, e segue um comportamento semelhante ao de uma firma individual ao se dispor a ofertar relativamente mais bens quanto maior o preço relativo deste em relação aos outros. A demanda mundial é dada pelas preferências dos consumidores, e, analogamente a um consumidor individual, demonstra que a quantidade relativa a ser comprada de um bem é maior quanto menor o seu preço relativo aos outros bens. A intersecção destas curvas é o ponto de preço relativo de equilíbrio nestas condições.

Quando relaxada a suposição de país pequeno, os movimentos tanto da oferta quanto demanda do país podem afetar os preços relativos do mundo. Pelo lado da demanda, podem mudar as preferências dos consumidores; já pelo lado da oferta, enquanto que um crescimento completamente proporcional dos fatores ou da tecnologia não afete as funções de demanda e oferta relativa mundiais, um crescimento da fronteira de possibilidades da economia que é viesado para determinados bens, seja devido a um crescimento relativo da dotação de um fator o qual o bem cuja produção é intensiva no fator ou a um progresso tecnológico em apenas alguns setores, altera a oferta relativa do país.

Estes movimentos, tanto no consumo quanto na oferta, são classificados quanto a sua direção, se para exportações ou para importações. Um crescimento da oferta viesado para exportações significa que o país expande sua fronteira de possibilidades de produção na direção dos bens os quais ele exporta, enquanto que um crescimento viesado para importações significa que há uma expansão das possibilidades de produção em direção aos bens os quais ele importa. Esses dois movimentos geram efeitos opostos na curva de oferta relativa mundial, com uma expansão viesada para as exportações abaixando o preço relativo dos bens exportados por meio de um aumento da oferta relativa mundial destes bens e com uma expansão viesada para as importações diminuindo a oferta relativa dos bens os quais o país exporta.

Tais alterações nas possibilidades de produção geram a possibilidade, caso o país seja grande, de o crescimento de um país afetar o outro, dependendo do viés, devido ao seu efeito nos preços relativos mundiais, e, conseqüentemente, nos termos de troca seus e de seus vizinhos. Em geral, um crescimento viesado para exportações piora os termos de troca do país em crescimento em benefício do resto do mundo; já um crescimento viesado para as importações melhora os termos de troca do país em crescimento, em detrimento do resto do mundo.

2.4 PRINCIPAIS CRÍTICAS

Apesar da sofisticação teórica de alguns modelos de comércio internacional, os modelos clássicos nem sempre são capazes de explicar precisamente alguns fatos que se apresentam na realidade. É partindo principalmente de observações empíricas, tais quais as de Raúl Prebisch (1949) e de List (1989), por exemplo, que se fundamentam muitas das teorias heterodoxas de comércio internacional atuais, pois, ao explorar estas lacunas teóricas, é que são formuladas soluções para se ajustar ao mundo real.

2.4.1 Deterioração secular dos termos de troca

Raúl Prebisch elaborou, nos anos do pós-guerra, aquele que viria a ser um dos estudos mais influentes na América Latina e que ia frontalmente contra as proposições e conclusões do modelo de David Ricardo. Prebisch (1949) constatou que, do período de 1880 a 1947, os termos de troca entre os produtos primários e manufaturados no mercado mundial haviam caído substancialmente, ou seja, o mesmo número de produtos agrícolas exportados comprava menos produtos industrializados importados do que antes.

A contradição com o modelo ricardiano se deve ao fato de que se esperava que o aumento de produtividade nos países industrializados levasse a uma diminuição proporcional nos preços dos produtos exportados. Dessa forma, os termos de troca se tornariam em favor dos países latino-americanos e os ganhos de comércio seriam igualmente distribuídos. Como, segundo o estudo de Prebisch, isso não acontecia, havia uma transferência real de renda dos países periféricos, produtores e exportadores de produtos primários, para os países de centro, produtores e exportadores de manufaturas, com um aumento de produtividade e melhora dos termos de troca para estes últimos.

Segundo Prebisch (1949), este fenômeno desenvolvia-se essencialmente centrado em fatores institucionais que permitiam a retenção dos ganhos de produtividade do trabalho nos países nos quais havia progresso tecnológico. Em primeiro lugar, a deterioração dos termos de troca teria uma próxima relação com os ciclos econômicos, já que, como estes são a forma característica do crescimento capitalista, e o crescimento vem em grande parte do aumento de produtividade. Ainda que na alta do ciclo os preços das *commodities* subissem mais que os preços dos bens industrializados, na crise os preços das *commodities* caíam mais do que haviam subido relativamente, em razão da resistência dos salários nos países de centro e na falta de

organização dos trabalhadores empregados no setor primário. Em segundo lugar, mesmo que os salários nos países periféricos fossem tão resistentes quanto os dos países de centro, os preços mais altos dos produtos primários decorrentes disso levariam a uma contração da atividade industrial, reduzindo a demanda pelos insumos e, conseqüentemente, deteriorando os termos de troca. Esta linha de pensamento daria origem, mais tarde, às teorias de dependência centro-periferia, nas quais o centro, invariavelmente, criaria mecanismos de transmissão de renda dos países periféricos para si (TOYE; TOYE, 2003).

Singer (1950) chega à mesma conclusão quase que simultaneamente, consolidando a chamada tese Prebisch-Singer. Seu mecanismo de declínio secular dos termos de troca é bastante semelhante e complementar: enquanto que os grandes ganhos de produtividade vindos da evolução tecnológica no setor industrial são distribuídos na forma de uma elevação da renda, os menores ganhos no setor primário são distribuídos aos consumidores na forma de menores preços. Desta forma, os países industrializados ganham em dobro, tanto como produtores de bens manufaturados como consumidores de bens primários, enquanto que, de forma inversa, os países subdesenvolvidos perdem pelos dois lados. Essa assimetria na distribuição de ganhos de produtividade geraria uma desigualdade na distribuição dos ganhos de comércio e seria a principal causa da deterioração dos termos de troca.

Os principais mecanismos da tese Prebisch-Singer de deterioração dos termos de troca podem ser resumidos em alguns pontos:

- a) a elasticidade-renda para produtos agrícolas é baixa comparada aos produtos manufaturados;
- b) a amplitude dos ciclos econômicos e preços dos produtos nos países periféricos é muito maior devido à sazonalidade destes produtos e à falta de mecanismos institucionais;
- c) a estrutura do mercado de trabalho mundial fazia com que o aumento de produtividade nos países periféricos se traduzisse em menores preços, enquanto que o aumento dos salários dos trabalhadores nos países de centro era maior do que os seus ganhos de produtividade;
- d) as mudanças tecnológicas podem defasar alguns produtos primários.

Desta forma, a solução para os países da América Latina seria industrializarem-se para poderem aproveitar os ganhos provenientes do aumento de produtividade sem, necessariamente, fechar-se ao comércio exterior. “A solução não está em crescer à custa do

comércio exterior e, sim, em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 1949, p. 49).

Tavares (1972) apresenta um modelo síntese do que seria o modelo de substituição de importações, no qual o país busca se industrializar, sem que, necessariamente, diminua o total de importações, mas sim alterando a sua pauta de maneira que possa repetir a experiência dos países desenvolvidos. Trata-se de um erro, portanto, afirmar que o país se fecha para o exterior, já que, à medida que a importação de alguns produtos é substituída, gera-se necessidade de importar outros produtos, cada vez mais sofisticados, devido ao processo de rápida industrialização. Preocupantes distorções, no entanto, resultaram da experiência dos países que adotaram tal modelo, em especial, o fato de que a adoção de tecnologias inadequadas à dotação de fatores do país gerava ineficiências alocativas de fatores, devido ao fato de serem intensivas em tecnologia e capital, em contraposição à abundância de trabalho e mão de obra.

Nas décadas seguintes à publicação dos trabalhos de Prebisch e Singer, numerosas publicações buscavam comprovar a tese estatisticamente, utilizando diferentes dados e metodologias, como, por exemplo, ao considerar períodos distintos para a análise ou ao incluir ou excluir os preços do petróleo, altamente afetados pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Alguns, no entanto, se destacam: por um lado, Cuddington *et al.* (2002) apresentam uma metodologia com quebra estrutural em 1921 e preços de *commodities* desagregados, o que leva a tendências inconclusivas sobre os preços dos produtos primários no período, sugerindo que a tese Prebisch-Singer não seja tomada como um “fato estilizado”. Por outro lado, Grilli e Yang (1988) encontram uma tendência de declínio de 1900 a 1986 de 0,5% ao ano com um índice de sua autoria, que, apesar de menor do que a encontrada por Prebisch, confirmaria a direção negativa dos preços dos bens primários. Sendo assim, devido a esta falta de consenso teórico, é necessária precaução ao tomar conclusões a respeito de uma tendência de queda nos termos de troca dos países periféricos; entretanto, significativas evidências mostram a validade e o legado da tese Prebisch-Singer.

2.4.2 Indústria infante

Nascido na região do que hoje é a Alemanha, no século XVIII, Friedrich List enxergava uma realidade muito diferente daquela vivida pela ortodoxia econômica da época: enquanto a Inglaterra era um estado consolidado e em pleno crescimento, a Alemanha sofria com a fragmentação e falta de unidade entre os estados. É neste contexto que escreve, então, seu

principal trabalho, Sistema Nacional de Economia Política (LIST, 1989), no qual ele aceitava as instituições capitalistas, porém rejeitava o fato de que o livre mercado seria capaz de gerar um equilíbrio ótimo e desejável de longo prazo a uma nação; para ele, sem certa dose de intervencionismo, os países atrasados jamais conseguiriam alcançar os países industrializados. Inspirado nos Estados Unidos e pelas políticas propostas por Alexander Hamilton (1995), sua solução para a Alemanha, portanto, era a de que deveria haver uma promoção à industrialização feita diretamente pelo Estado.

List, entretanto, não negava o mercado e seus mecanismos, tampouco recomendava uma política de protecionismo permanente para o desenvolvimento de um país; segundo ele, era necessária a atuação conjunta tanto do mercado quanto do impulso proporcionado pelo Estado, sendo este último essencialmente transitório e presente somente até a formação de um parque industrial, o qual, depois de formado, deveria enfrentar situações de concorrência para que não se gerasse ineficiência. Dessa forma, o intervencionismo proposto por List era, essencialmente, transitório, no sentido em que deveria permitir que uma indústria infante surgisse até que esta estivesse madura o suficiente para concorrer nos mercados internacionais.

Os princípios desta teoria são discutidos até hoje por meio de como o comércio entre as nações pode ser mais justo, sem que haja uma propensão dos países ricos a, propositalmente, manter o padrão de comércio e a divisão do trabalho estáticos e perversos. Ha-Joon Chang (2002) argumenta que praticamente todos os países desenvolvidos, com pouquíssimas exceções, passaram por um período de intensa industrialização promovida pelo Estado, por meio de políticas de incentivos ativas, incluindo subsídios às indústrias e protecionismo; entretanto, estes mesmos países hoje propagam o liberalismo econômico e repudiam práticas que eles mesmos utilizaram, como se estivessem “chutando a escada” do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Chang pondera, assim como List, que uma indústria jovem não tem condições de competir com bens produzidos internacionalmente e precisa de apoio nos seus estágios iniciais de formação.

2.4.3 Desindustrialização precoce e a doença holandesa

A desindustrialização é geralmente definida na literatura como o declínio no longo prazo do emprego no setor manufatureiro nas economias avançadas acompanhado da transferência de mão de obra do setor industrial para o setor de serviços quando atingidos níveis mais altos de renda *per capita* nacional. Quando tomado desta forma, entende-se que o processo não é

necessariamente negativo nem positivo, mas sim como uma consequência natural do desenvolvimento de uma economia já desenvolvida (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997). Suas causas envolveriam a diminuição da elasticidade-renda da demanda por produtos industrializados e o crescimento da produtividade industrial maior que o da produção.

A desindustrialização, no entanto, é vista como uma questão problemática a partir dos trabalhos de Kaldor (1966) e de suas três leis de crescimento: a primeira afirma que o crescimento da economia como um todo está fortemente associado com o crescimento do setor secundário; a segunda diz que o crescimento da produtividade no setor industrial está positivamente correlacionado com o crescimento do produto industrial; a terceira propõe que o crescimento econômico leva a um aumento dos salários. Para Kaldor, portanto, o setor industrial é considerado uma peça-chave para o crescimento econômico devido às suas características fundamentais, e, sem um setor maduro e desenvolvido, um processo de crescimento de longo prazo sustentável seria severamente prejudicado. Hoje, economistas de viés kaldoriano tendem a focar não somente nestas leis de crescimento, mas sim nos efeitos benéficos comprovados do setor industrial e no seu papel como motor industrial, tais como os retornos crescentes de escala, os efeitos de encadeamento, a recepção e difusão de tecnologia, e grande elasticidade-renda das importações de manufaturas, mas chegando à mesma conclusão do setor secundário como um motor do crescimento (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Outro ponto de vista, mais recente, no qual a desindustrialização é vista como um processo negativo, especialmente nos países do Cone Sul da América Latina e Brasil, é apresentado nos trabalhos de Palma (2005). Nele, destaca-se a rápida desindustrialização destes países na década de oitenta, apesar das características macroeconômicas fundamentalmente diferentes, e, em especial, o nível de renda *per capita* muito inferior ao dos países desenvolvidos que já haviam sofrido esse processo. Isso seria não causado por fatores internos e naturais à economia, como apresentado por Rowthorn e Ramaswamy, mas sim por políticas macroeconômicas liberalizantes em um país sem um parque industrial maduro ou por ondas súbitas de exportação de produtos primários devido a novas descobertas de recursos naturais, a “doença holandesa”. Dessa forma, o novo padrão de comércio, fundamentalmente focado na exportação de bens primários, seja pela mudança de política econômica que não mais sustenta a indústria, seja pela descoberta de novos recursos naturais, levaria o país a sofrer uma desindustrialização “precoce” e inibir seu crescimento de longo prazo sem o auxílio deste setor.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) comentam, mais pontualmente, sobre as políticas econômicas que poderiam ter este efeito de “doença holandesa” no Brasil, um país dotado de grandes reservas de recursos naturais que, porém, havia escapado dessa por manter políticas

deliberadas para industrialização desde a década de trinta. Entretanto, afirmam os autores que a crescente liberalização e abertura comercial dos anos noventa, combinada tanto com a vontade do governo brasileiro de manter o câmbio artificialmente controlado e apreciado como opção de política econômica para controlar a inflação, quanto com a crescente demanda internacional por *commodities* exportadas pelo país levou a uma situação perigosa para o setor manufatureiro, na qual a taxa de câmbio real se mantém apreciada por longos períodos junto com um resultado positivo da balança comercial, agravando quaisquer sintomas de “doença holandesa” e prejudicando o crescimento e levando a uma possível reprimarização da pauta exportadora no longo prazo.

2.5 NOVOS MODELOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Tendo em vista que as hipóteses apresentadas nos modelos ortodoxos podem ser muito restritivas e, certas vezes, comprometerem a capacidade de explicação e previsão do modelo, houve grandes avanços nas últimas décadas no sentido de superar algumas dessas hipóteses e, ainda assim, refinar o modelo de forma com que este fique mais adaptado à realidade observada. Muitas das críticas heterodoxas foram absorvidas e compreendidas nos parâmetros dos novos modelos.

2.5.1 Economias de escala e concorrência monopolística

Diante da imprecisão dos modelos apresentados em relação às economias de escala internas e externas, largamente observadas na prática, Helpman e Krugman (1987) buscaram elaborar um modelo que compreendesse este fenômeno e como ele afetava o comércio mundial. Sendo assim, analisaram as economias de escala internas e externas separadamente, já que elas têm efeitos significativos e distintos sobre o padrão do comércio.

2.5.1.1 Economias Internas

Ao supor a existência de economias internas às firmas, fato este muito corroborado pela evidência empírica, os autores constataram que a estrutura de mercado de concorrência perfeita suposta originalmente nos modelos econômicos necessariamente se altera e, portanto, elaboraram um modelo baseado na competição monopolística. Nele, o número de empresas no

mercado e o preço praticado são determinados por um equilíbrio entre duas relações: a primeira leva em conta a redução do custo médio devido a aumentos de escala, que aumenta o lucro das empresas e favorece a diminuição do número de firmas e aumento dos preços. A segunda considera a concorrência entre as empresas, que estimula o aumento do número de firmas e a baixa dos preços, já que o modelo não propõe barreiras à entrada no mercado, mas diminui os lucros das empresas por não permitir uma redução maior do custo médio.

As economias de escala internas, de acordo com o modelo proposto, seriam afetadas e afetariam o comércio internacional na medida em que uma integração maior entre os países permite a formação de um mercado consumidor mais amplo, e este seria capaz tanto de diminuir o custo médio de produção das empresas quanto aumentar o número delas, aumentando a concorrência e a variedade de produtos ofertada, além de diminuir o preço do produto. Como este modelo de concorrência monopolística não determina onde ficarão as empresas, ambos os países poderão produzir o mesmo bem, além de exportá-lo e importá-lo entre si, levando à conclusão de que é desejável unir os mercados para que estes ganhos de escala possam ser aproveitados.

Este comércio gerado por economias de escala, chamado intraindústria, não é estritamente determinado pelas vantagens comparativas entre os países, o que faz com que seja possível e desejável o comércio entre duas nações com dotações de fatores e tecnologia semelhantes, por exemplo. Brülhart (2009) observa uma forte tendência de alta deste tipo de comércio em relação ao tradicional interindústria no período analisado (1962 a 2006), sugerindo uma convergência da composição setorial nas nações ao redor do mundo. Entretanto, pondera que este é um fenômeno, em sua maior parte, composto por países de alta e média rendas, com a África, em especial, largamente excluída da tendência. Suas estimações para o percentual mundial deste tipo de comércio, em 2006, variam entre 27% e 44%, devido às dificuldades de comparação entre os produtos e setores inerentes a este tipo de análise.

De qualquer forma, o comércio intraindústria prova que tem tanta relevância quanto o interindústria, porém, com uma clara vantagem: ele tem efeitos menores sobre a distribuição de renda do que o comércio interindústria, facilitando sua aceitação no âmbito político. No entanto, esta discrepância acaba estimulando a redução de tarifas somente para os bens os quais o país já produz com competitividade, gerando entraves importantes nos bens os quais o país não é competitivo. Este é um dos motivos pelos quais os países mais ricos costumam ter tarifas de importação próximas a zero para produtos industrializados, enquanto têm tarifas altas de proteção para o setor agropecuário, enquanto que o inverso é verdadeiro para os países mais

pobres, que protegem suas indústrias, mas que exigem uma redução das barreiras tarifárias e não tarifárias para seus produtos no exterior.

2.5.1.2 Economias Externas

Segundo Marshall (1982), as economias externas, que são as economias de escala quando aplicadas a um setor geograficamente concentrado, advêm principalmente da:

- a) capacidade de sustentar fornecedores especializados;
- b) formação de um mercado comum de trabalho;
- c) geração de transbordamentos de conhecimento.

Helpman e Krugman (1987) também ponderaram sobre os efeitos das economias externas de uma indústria no comércio internacional. Os efeitos das economias externas são ambíguos no comércio internacional, pois, embora elas gerem um benefício líquido para a economia como um todo, elas também tendem a perpetuar o padrão de comércio existente, que nem sempre é o mais eficiente. Por exemplo, embora a aglomeração de empresas no Vale do Silício, nos Estados Unidos, gere mais benefícios do que se as empresas estivessem esparsamente localizadas, não podemos dizer que este arranjo produtivo não seria mais eficiente se estivesse localizado em outro país, que não pôde desenvolver seu próprio aglomerado de empresas de tecnologia devido à competição americana.

Logo, um setor já consolidado em um país em um momento passado da história pode impedir o surgimento de uma indústria mais eficiente em outro país, mas que não tem condições de amadurecer devido à competição internacional, levantando a hipótese de que o protecionismo, neste caso, seria desejável. Assim, quando levadas em conta estas vantagens comparativas dinâmicas, as quais dependeriam dos retornos crescentes dinâmicos, o argumento da indústria infante se torna válido.

2.5.2 Vantagens competitivas das nações

O comércio internacional, suas causas e seus padrões de troca também podem ser analisados de uma perspectiva microeconômica até a perspectiva macroeconômica de nação, ou seja, do ponto de vista individual da firma competitiva internacionalmente extrapolado ao conceito de nação competitiva. Assim escreve Porter (1990) ao afirmar que a competitividade

de uma nação depende da capacidade de sua indústria de inovar e se atualizar constantemente, em contraste à visão clássica de “herança” da riqueza, composta de fatores de produção, tais quais trabalho, capital e recursos naturais.

Segundo Porter, as causas da competitividade das empresas advêm principalmente da pressão e do desafio impostos por concorrentes domésticos fortes, fornecedores locais agressivos e consumidores exigentes. Quando inferida ao nível nacional, o único conceito significativo de competitividade seria o de produtividade, o qual influi diretamente no bem-estar da população; a capacidade da nação, e, portanto, suas indústrias, de continuamente incrementar a sua competitividade e produtividade por meio de novas ideias e inovações (no sentido amplo de sua definição) seria o principal fator de explicação dos níveis de renda do país.

Dessa forma, o autor pondera que o comércio internacional pode tanto potencializar quanto ameaçar a produtividade das indústrias. Por um lado, sua capacidade de potencializar seria no sentido em que a especialização produtiva permitiria a importação dos bens os quais o país não é produtivo e a exportação dos bens os quais o país é altamente produtivo, e, portanto, mais propenso e desejável a inovar, já que nenhuma nação pode ser comparativamente competitiva em tudo; por outro lado, sua capacidade de ameaçar seria no sentido de que a indústria doméstica seria exposta aos padrões internacionais de produtividade e obrigada a competir com eles, potencialmente afetando as empresas locais caso a produtividade não fosse alta o suficiente para compensar as diferenças de produtividade e salários internacionais. Como o nível de produtividade das indústrias é o principal fator no nível macroeconômico para explicar os níveis de renda de um país, o comércio exterior pode influenciar decisivamente para que o bem-estar nacional se desloque para ambas as direções.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica teve como objetivo resgatar as principais bases teóricas para a explicação do comércio internacional. David Ricardo, baseado, em parte, em Adam Smith, constrói a teoria das vantagens relativas, na qual os países devem se especializar naquilo que são capazes de produzir com mais eficiência, ou seja, usando menos recursos. Já Heckscher e Ohlin fizeram um modelo com tecnologia uniforme, mas dotações de fatores de produção distintas, o que levaria o país a exportar os produtos que utilizassem mais os fatores os quais o país possuía em abundância e importar aqueles produtos os quais a dotação fosse menor. Estes

dois modelos são conjugados em um único modelo-padrão, com maior poder explicativo. Adicionalmente a estes modelos, foram elaboradas outras teorias, seja criticando as anteriores, tais como a deterioração dos termos de troca de Prebisch, o protecionismo educador de List e a desindustrialização precoce de Palma, seja ampliando os modelos anteriores, tais como as economias de escala e o comércio intraindústria de Helpman e Krugman, e as vantagens competitivas das nações de Porter.

3 BRASIL E CHINA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Compreendidas quais são as principais teorias de comércio exterior e suas críticas fundamentais, é necessário entender o contexto econômico e político no qual elas se encaixam dentro do escopo deste trabalho. Desta forma, é apresentado aqui o ambiente recente no qual o comércio exterior se desenvolveu, bem como os aspectos fundamentais das trajetórias econômicas brasileira e chinesa, e como elas se interligam em um primeiro momento.

3.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL

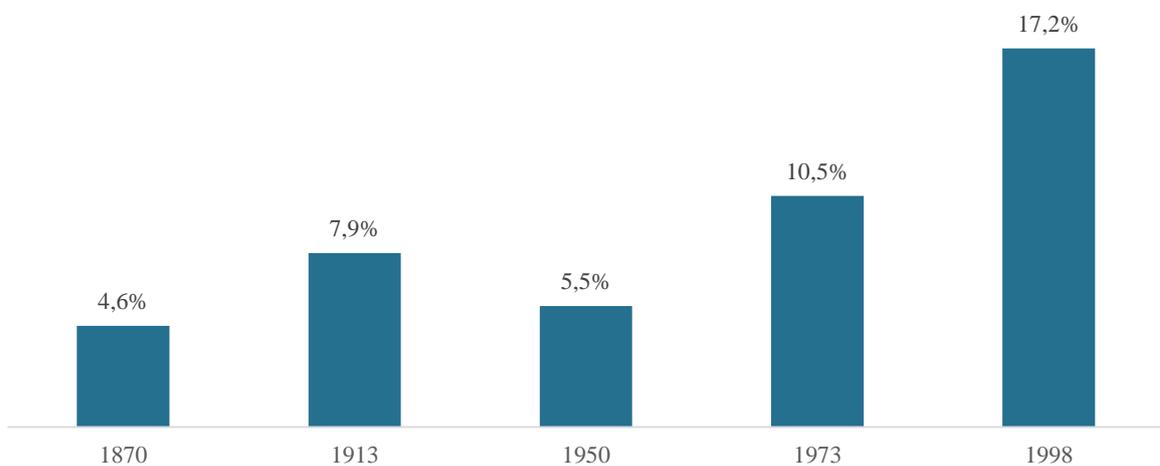
Comércio internacional, rigorosamente definido, só deve ser considerado após o período de formação dos estados nacionais, que se cristalizava na Europa e meados do século XIV e XV, quando também aumentou consideravelmente o comércio mundial. Flynn e Giraldez (1995) sugerem o marco da fundação da cidade de Manila, nas Filipinas, em 1571, como a data de nascimento do comércio mundial, já que foi o primeiro entreposto comercial a ligar, de forma direta, substancial e contínua, a América e a Ásia, fazendo com que todos os continentes altamente povoados intercambiassem entre si. Como os custos de transporte ainda eram altos em relação ao preço das mercadorias nessa época, a maioria das *commodities* comercializadas era as com o maior preço em relação ao peso, como especiarias, seda, metais preciosos e escravos; mesmo assim, já estavam lançados os canais pelos quais o comércio cresceria por meio da mudança tecnológica, acumulação de capital e crescimento populacional (FINDLAY; O'ROURKE, 2003). Até o final do século XIX, o comércio já havia mudado radicalmente, em especial, devido à invenção do barco a vapor e às ferrovias, o que possibilitou o barateamento dos custos de transporte, e, conseqüentemente, do padrão de comércio, que, agora, podia incluir ainda mais produtos.

Se o período após a Revolução Industrial foi de gradual transição do mercantilismo em direção a uma ordem liberal, o período do entre guerras marcou uma abrupta quebra com o passado (FINDLAY; O'ROURKE, 2003). Diversos países se voltaram para o protecionismo e o esforço de guerra, causando uma reorientação mundial do comércio: a superprodução de grãos para a guerra nos países aliados geraria inúmeras tensões nos anos subseqüentes; a falta de exportações de manufaturas europeias estimulou a industrialização de diversos países, tais

como EUA, Japão e países latino-americanos; a criação de novos estados europeus, custosa economicamente, envolvia o uso do protecionismo.

Após as duas guerras mais destrutivas da história humana e anos de protecionismo tanto durante elas quanto nas crises do período intermediário, o mundo parecia estar mais disposto a tentar abrir suas portas ao mercado internacional outra vez, mesmo que levassem muitos anos para que voltasse aos níveis antes de 1914; a própria criação do *General Agreement on Tariffs and Trade*, o GATT, em 1947, é um exemplo disso. Embora as taxas de comércio, desde então, crescessem constantemente até os anos setenta, elas cresciam abaixo do seu potencial; algumas economias, tais como a do Reino Unido, Espanha, Austrália, América Latina e Índia, ainda não haviam recuperado o nível de abertura de antes de 1914 em 1973 (FINDLAY; O'ROURKE, 2003). Seria apenas nas últimas três décadas, após o fim da era Bretton-Woods e a ascensão de diversos governos liberais, que as taxas subiriam rapidamente e acima do produto das economias, o que levou, de fato, a um aumento da proporção do comércio sobre o PIB mundial (WTO, 2013). É possível ver com maior clareza estes movimentos de alta e baixo do comércio no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Exportações mundiais de mercadorias, 1870-1998 (em participação do PIB mundial)



Fonte: elaboração própria com base em dados disponíveis em Maddison (2003, p. 127).

Nota: Preços fixos em dólares de 1990.

3.1.1 Globalização

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, um fenômeno de integração de escala mundial passa a afetar não somente as relações econômicas multilaterais, mas também a integração social, política e cultural entre os países: a globalização. Devido, em grande parte,

aos avanços tecnológicos nos transportes e nas telecomunicações, pelo lado privado, e à redução das barreiras ao comércio e ao investimento, pelo setor público, a globalização tem alterado fundamentalmente as relações comerciais entre estados, tanto quantitativamente quanto qualitativamente (FRANKEL, 2000). Desde 1980, o comércio tem crescido, em média, aproximadamente duas vezes mais rápido que a produção mundial (WTO, 2013).

Uma das características mais marcantes da globalização é a produção em escala mundial, com cadeias globais de valor, o que gerou uma menor especialização nas exportações ao longo do tempo, assim como uma mudança geográfica nas vantagens comparativas dos países (WTO, 2013). Embora as cadeias globais de valor não sejam uma forma de produção recente, é somente nos últimos anos que este modelo ganhou enorme expressividade mundial; é possível comprar um telefone celular na Europa que tenha sido montado na China a partir de peças coreanas e que foi desenhado na Califórnia. Portanto, mais do que nunca, o uso de insumos importados tem sido relevante para aumentos de produtividade na produção tanto para o consumo doméstico quanto para exportações, gerando estas complexas e interconectadas cadeias de valor (OECD, 2013). Para tanto, a liberalização acelerada do comércio mundial tem sido tanto causa quanto consequência deste fenômeno.

Isso é bastante visível na mudança da divisão internacional do trabalho atual, na qual alguns países em desenvolvimento passaram a hospedar indústrias de países desenvolvidos e serem exportadores líquidos de produtos manufaturados. Esse processo, no entanto, é, muitas vezes, desigual, já que as indústrias de maior valor adicionado e de maior complexidade tecnológica tendem a ficar nos países desenvolvidos, gerando tensões de ambos os lados: os países desenvolvidos têm seus sistemas de proteção social ameaçados pela nova concorrência, enquanto os países em desenvolvimento clamam por um comércio mais justo e equitativo (RODRIK, 1997). Em contraposição, outros, como Arndt (1997), afirmam que a terceirização da produção geralmente cria mais emprego no restante das atividades de uma indústria do que perde ao transferir parte de sua produção para fora do país, possivelmente aumentando também os salários nos dois países se a terceirização for feita de um país com mão de obra escassa para um país de mão de obra abundante.

Neste contexto, insere-se o principal organismo internacional sobre comércio exterior: a Organização Mundial do Comércio (OMC). Criada em 1995, foi a organização que preencheu a lacuna que havia ficado com a rejeição da criação da Organização Internacional do Comércio no pós-guerra. Embora seu papel seja semelhante ao que o GATT teve nesse intervalo, a OMC ganhou maior relevância ao incluir na sua pauta o comércio de serviços e a propriedade intelectual em âmbito internacional, além de ser capaz de resolver litígios entre os países-

membros e aplicar sanções. Esta última função é, talvez, a mais importante e controversa, já que disponibiliza, pela primeira vez, um mecanismo formal e apropriado para que os países resolvam seus conflitos comerciais de uma forma rápida e eficiente, dando alguns passos em direção a um comércio mais justo e atendendo às demandas dos países menores e em desenvolvimento, os quais vêm se tornando, cada vez mais, os protagonistas do crescimento do comércio internacional por meio do chamado comércio “Sul-Sul” (WTO, 2013).

Este processo integrador é visto como desejável e, às vezes, necessário, por aqueles que o enxergam de uma perspectiva econômica e focada no aumento do comércio como uma possibilidade de especialização comercial e aumento de renda. Contudo, Stiglitz (2002) afirma que, apesar de a globalização em si ter o potencial de causar grandes transformações para melhor, a maneira como vem sendo administrada pelos órgãos mundiais tem ampliado a desigualdade entre os países pobres e ricos. Outros fatores possivelmente indesejáveis seriam os especulados danos ambientais e culturais. Todo este processo, no entanto, não é definitivo: embora os avanços tecnológicos tenham sido grandes propulsores da integração mundial, forças políticas sempre tiveram um papel crítico, muitas vezes freando ou revertendo este processo (WTO, 2013).

3.1.2 Panorama atual

Vítima em parte do seu próprio sucesso, as negociações multilaterais na OMC estão, em larga medida, estagnadas. A última rodada de negociações, de Doha, ainda não foi concluída e não possui nenhum acordo significativo em vigor. A última tentativa de aparente sucesso, que acabaria com um período de 18 anos sem acordos multilaterais, o pacote de Bali, foi acordado no final de 2013 com o objetivo de facilitar o comércio. Contudo, a própria natureza complexa destes acordos levou ao fracasso na sua implementação nos meses posteriores, deixando a OMC em um terreno incerto. Mesmo assim, ainda há questões importantes que são obstáculos ainda maiores que a organização deveria intermediar. O mais polêmico e controverso assunto é a agricultura: como conciliar os interesses de países desenvolvidos, que já não são mais competitivos em preços, mas continuam subsidiando seus fazendeiros pelas mais diversas razões, com os dos países em desenvolvimento, que possuem uma agricultura competitiva, mas que não abrem seus mercados em represália às medidas protecionistas dos demais países, ainda é uma grande indefinição; barreiras a avanços nesta área estão a natureza distributiva do comércio interindústria, o surgimento de novas barreiras não tarifárias e, até mesmo, atividades

de *rent-seeking* e *lobbying* dos agentes internos dos países (CADOT; DE MELO; OLARREAGA, 2004).

Anderson e Marcouiller (2002) se perguntam por que o comércio Norte-Sul é tão pequeno quando este deveria ser volumoso, devido às diferenças das dotações fatoriais. Sua resposta seria, principalmente, devido aos custos implícitos de transacionar com países de instituições débeis e altos riscos, diminuindo o potencial do comércio Norte-Sul e afetando duplamente a modalidade Sul-Sul. Apesar disso, o contínuo crescimento do comércio dos países em desenvolvimento e a estagnação econômica dos desenvolvidos sugere que as correntes de comércio Sul-Sul ultrapassem as do Norte-Norte por volta de 2020 (ECLAC, 2012). Nesta categoria Sul-Sul, incluem-se potências antes fechadas ao comércio, como a China, e, em menor medida, Índia e Brasil, que juntos possuem praticamente metade da população mundial e com um potencial de trocas imenso.

Após a última grande crise, em 2008, o mundo, com as lições aprendidas na crise de 1929, não fechou as suas portas para o comércio como antes, admitindo sim os benefícios de uma integração mundial, mas cada vez mais receoso com os possíveis efeitos negativos, criando um comércio com “murallas” e “portões” (THE GATED GLOBE, 2013). Esse efeito já era esperado por modelos propostos por Freund (2009), que argumenta que a elasticidade-renda do comércio é alta, e que, em crises, o seu efeito é particularmente grande; se a última grande crise pareceu especialmente prejudicial ao comércio, isso se deve ao fato de que esta elasticidade tenha aumentado cerca de 33% dos anos sessenta até os anos 2010. Felizmente, o mesmo efeito se verifica na recuperação da crise, quando o nível de renda volta a crescer e o comércio se recupera rapidamente. Embora não haja consenso teórico total sobre a abertura comercial e financeira das economias, a crise mostrou que a aceitação de um mundo de livre comércio é menos controversa do que a de um mundo de livre circulação de capitais.

À medida que os novos *players* mundiais vão ganhando importância, em especial a China, que se tornou a maior potência comercial em 2012, o debate sobre a hegemonia norte-americana na governança global fica cada vez mais intenso. No campo financeiro internacional atual, o dólar americano ocupa com folga o espaço de principal moeda referência, troca e reserva, mas Eichengreen (2005) alerta que, historicamente, outras moedas ocuparam esta posição e que ela não é permanente; entretanto, pondera que é prematuro prever o Yuan chinês como uma das principais moedas internacionais em um futuro de curto e médio prazo devido principalmente ao mercado financeiro e às instituições prematuras chinesas. Por outro lado, é amplamente discutido que os poderes e as cotas que cada país possui nos órgãos de governança mundial, em especial, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentam

uma conjuntura ultrapassada e que deveria ser atualizada para refletir o atual reparto de significância política e econômica (STIGLITZ, 2002). A tentativa mais recente de reformar o FMI e sua distribuição de quotas, proposta em 2010 e visível na Tabela 2, ainda requer a ratificação pelos Estados Unidos, o que inviabiliza todo o processo. Apesar de manter os EUA como o principal credor e com poder de veto, esta reforma diminuiria o vão de representação dos países em desenvolvimento no órgão. Como possível alternativa, em 2014, foi criado pelos BRICS, grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, um novo banco de desenvolvimento com o objetivo similar ao do Banco Mundial, evidenciando os anseios do mundo em desenvolvimento por mudança.

Quadro 1 – Comparação de quotas no FMI e participação no PIB mundial, 2013 (%)

Ranking das quotas	País	Quotas totais	PIB mundial em 2013
1	EUA	17,69	19,31
2	Japão	6,56	5,40
3	Alemanha	6,12	3,72
4	França	4,51	2,62
5	Reino Unido	4,51	2,75
6	China	4,00	15,40
14	Brasil	1,79	2,79

Fonte: elaboração própria com dados de International Monetary Fund – IMF (2014a).

3.2 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Neste período que foi palco de grandes mudanças no equilíbrio econômico, protagonizado em grande parte pelo crescimento dos países em desenvolvimento, monta-se um novo cenário mundial, que, junto com a recessão mundial de 2008, aponta para uma importância cada vez maior dos países do Sul em contraposição aos do Norte. Desta evolução recente do cenário internacional, o Brasil e a China são alguns dos principais atores, sendo, muitas vezes, categorizados conjuntamente no grupo dos BRICS. Logo, sua crescente relação comercial é digna de interesse tanto prático quanto acadêmico, pois é um importante reflexo desta nova trajetória que se monta no século XXI.

3.2.1 Histórico

A primeira abertura para uma possível relação econômica duradoura, uma relação diplomática formal entre os dois países, República Federativa do Brasil e República Popular da

China, só foi reatada em 1974, após o seu rompimento, em 1949, devido à revolução comunista liderada por Mao Tsé-tung. As relações têm sido relativamente cordiais desde então, envolvendo diversos acordos e visitas oficiais, chegando até o ponto de os dois países participarem, a partir de 2009, em reuniões anuais de cooperação com outros países em desenvolvimento no grupo dos BRICS.

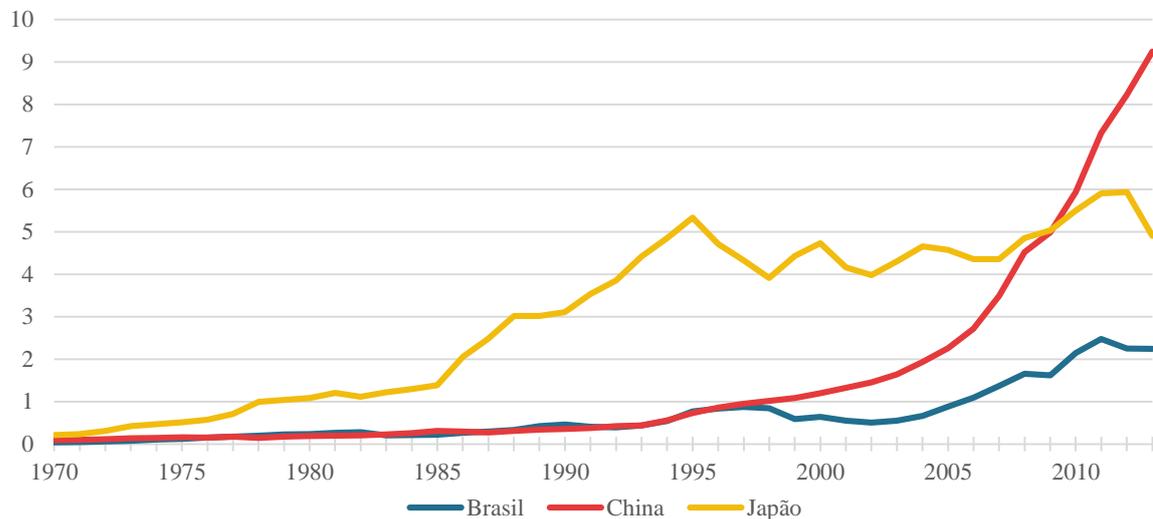
Coincidentemente, não muito depois da retomada das relações sino-brasileiras, a China passou por uma de suas maiores mudanças no campo econômico, na qual Deng Xiaoping assume o controle do partido comunista e do país em 1978, dois anos após a morte de Mao Tsé-tung, e causa uma enorme guinada na política econômica do país. Em 1978, Xiaoping institui o primeiro pacote de reformas orientadas ao mercado nas áreas rurais da China, causando um crescimento dramático da produção agrícola nos anos subsequentes, uma enorme contraposição ao período imediatamente anterior no qual a produção mal acompanhava o crescimento populacional (LIN, 1992). O sucesso destas primeiras reformas impulsionou reformas também em outros setores, e, a partir dos anos 80, algumas províncias costeiras da China começaram a ser designadas como Zonas Econômicas Especiais, nas quais haveria reformas urbanas ainda mais profundas.

Essas reformas fazem parte do que muitos consideram ser um modelo chinês, por vezes também denominado de “socialismo de mercado”, uma relativa liberalização econômica combinada com a manutenção do sistema político autoritário. Este “modelo econômico chinês”, que dificilmente poderia ser compilado com precisão devido à própria natureza complexa e diversa da China, é resumido por Breslin (2011) basicamente em um pragmatismo econômico que busca o melhor resultado no longo prazo sem viés ideológico, o que tem sido caracterizado nos anos recentes como: gradualismo, ao manter a estabilidade do regime e opor-se a um tratamento de choque como foi a revolução cultural de Mao; autonomia, ao integrar-se à economia mundial por meio do comércio de uma forma controlada e ao manter uma liberalização limitada de alguns pontos estratégicos, tais como o setor bancário e o câmbio; governo forte, capaz de garantir estabilidade e implementação gradual de reformas, além de atuar decisivamente na economia da maneira que julgar necessária.

Invariavelmente, este sistema levou a um crescimento exponencial do PIB nas últimas quatro décadas, culminando, recentemente, na ultrapassagem do Japão como a segunda maior economia mundial, como consta no Gráfico 2. Além disso, várias previsões indicam que o PIB chinês ultrapasse o PIB americano em poucos anos. Tal mudança vem alterando decisivamente o comportamento da China e sua posição geopolítica, além de ser motivo de muita especulação

quanto a uma possível tomada da liderança política e econômica mundial, e como esta se daria, se pacificamente ou não.

Gráfico 2 – Evolução do PIB em Economias Seleccionadas, 1970–2013 (em US\$ trilhões correntes)



Fonte: elaboração própria a partir de dados de World Bank (2014).

No mesmo período, o Brasil passa por um duro Regime Militar no campo político, mas colhe resultados expressivos no campo econômico. Após as primeiras reformas econômicas adotadas pelo regime, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), inicia-se um período de alto crescimento econômico de 1968 a 1973 conhecido como “milagre brasileiro”, no qual o Governo colheu os frutos deste ajustamento e de um cenário externo favorável (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997, p. 167). A partir de 1974, no entanto, tanto por distorções internas quanto por choques externos, a economia apresentava uma tendência à retração, com um vultuoso déficit comercial. Como resposta a este cenário e também como forma de legitimar o Regime Militar, o caminho escolhido foi o financiamento do déficit pela abundante liquidez internacional advinda dos países exportadores de petróleo, e a manutenção da taxa de crescimento em detrimento de um ajuste ortodoxo de austeridade, por meio do ambicioso Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que propunha tanto a superação da crise quanto do subdesenvolvimento, atacando os problemas pela sua raiz (CASTRO; SOUZA, 1985).

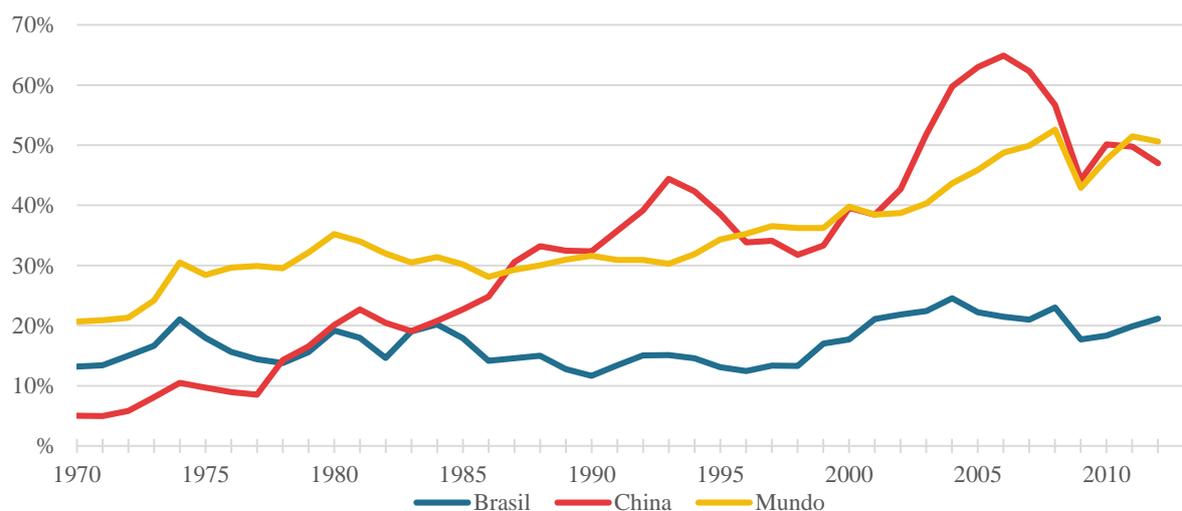
Os objetivos do Plano foram atingidos na medida em que foi lograda a cristalização da matriz industrial brasileira, o aumento da capacidade energética do país e a manutenção de taxas de crescimento econômico elevadas concomitantemente com o ajuste estrutural da balança de pagamentos. Contudo, este não foi um caminho sem percalços: o aumento desenfreado e a estatização da dívida externa brasileira levariam à crise da dívida e ao triênio recessivo de 1981

a 1983, enquanto que a inflação crescente seria a maior preocupação econômica desde os primeiros passos do Governo Civil, ocorrida em 1985, até o Plano Real, em 1994. Estes problemas, somados ao crescimento real do PIB *per capita* praticamente nulo do período, consagraram a década de oitenta como a “década perdida”.

Na década de noventa, são feitas diversas reformas que mudam a trajetória econômica dos últimos 50 anos. Nessa época, é iniciado o processo de abertura comercial brasileira, exposto no Gráfico 3, no qual o país passa a se abrir mais significativamente ao comércio exterior, e, conseqüentemente, expor sua indústria à competição externa, com o objetivo de modernizar a indústria brasileira. Seus efeitos foram fortes e impactantes em toda a economia, principalmente após 1994, mas os temores de que haveria um desmantelamento generalizado dos setores mais avançados foram, geralmente, infundados, e a reestruturação produtiva e organizacional das empresas brasileiras levou a um considerável aumento de produtividade nos anos 1990 (CASTRO, 2001).

Em 1994, entra em vigor oficialmente o Plano Real, o primeiro plano depois de muitos outros que consegue estabilizar a inflação inercial. Também é nessa época que ocorre a maior parte da desestatização da economia brasileira, com o corte de gastos governamentais e a privatização das estatais. Desde então, o Brasil viveu um período positivo de estabilidade macroeconômica, redistribuição de renda e modesto crescimento, sendo este impulsionado significativamente pela crescente demanda chinesa.

Gráfico 3 – Comércio internacional de mercadorias em países selecionados, 1970-2012 (em participação do PIB)



Fonte: elaboração própria a partir de dados de World Bank (2014).

Hoje, os dirigentes brasileiros vislumbram obter uma posição no conselho de segurança da ONU, sendo uma das peças-chave para a articulação dos países em desenvolvimento no

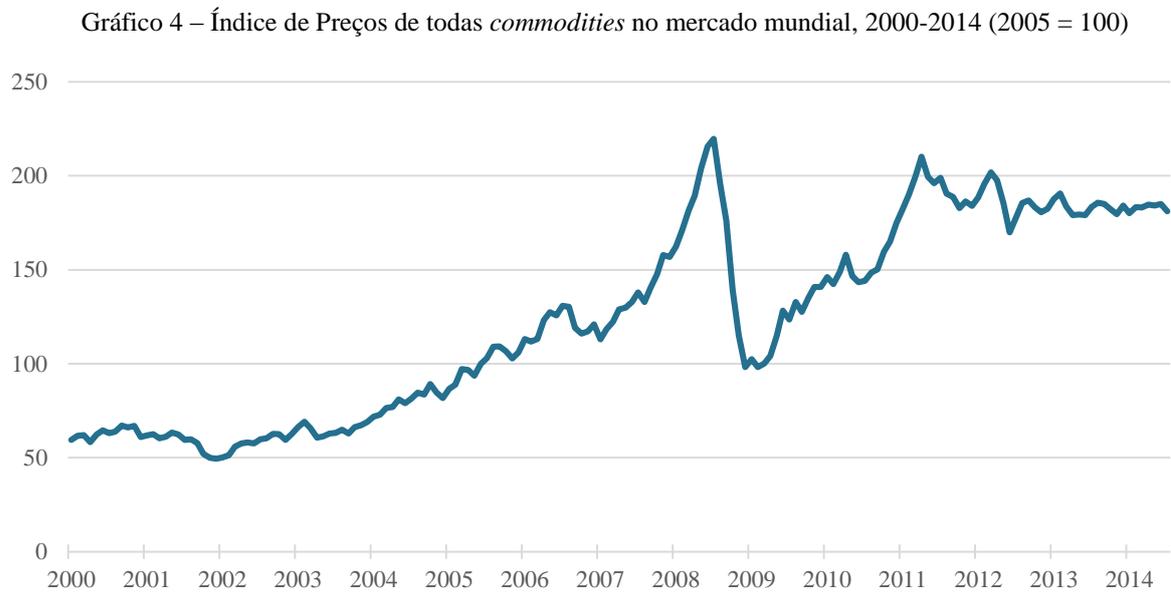
contexto político atual. O país integra o G20 e o BRICS, grupos nos quais busca, entre outras propostas, uma remodelação da organização econômica internacional que reflita as mudanças dos últimos tempos, mas que esbarra continuamente em obstáculos tanto internos quanto externos (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Para tanto, a China apresenta-se como um parceiro de grande valor, já que, além de já estar mais consolidada no contexto político mundial e de possuir uma enorme relevância histórica, econômica e demográfica, compartilha de muitos interesses comuns por ser, também, um país em desenvolvimento como o Brasil.

3.2.2 Período 2000 a 2008

As relações entre Brasil e China passam a se aprofundar tanto politicamente quanto economicamente a partir da maior abertura comercial chinesa e brasileira e o fim das crises de especulação cambial, tanto na Ásia quanto no Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e de sua Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 2000, o valor do Comércio Bilateral entre os dois países foi de US\$ 2,31 bilhões, e, desde então, cresceu mais de 10 vezes até 2008, quando estourou a crise financeira mundial. Um dos fatores determinantes deste aumento foi a entrada da China na OMC no final de 2001, levando a uma transição dos complicados acordos bilaterais para os acordos multilaterais sob a supervisão da organização, o que abriu tanto o mercado estrangeiro para a China quanto o doméstico para os estrangeiros. Esse período foi marcado por um otimismo generalizado tanto nos dois países quanto no mundo, com altos superávits em conta corrente para o Brasil e crescimento para a China, devido a uma parceria estratégica de fornecimento de *commodities* cada vez mais forte e a preços mais altos do Brasil à China.

A China tem seguido um modelo de desenvolvimento econômico baseado claramente na participação dos investimentos e das exportações para o crescimento do PIB, sendo este chamado geralmente de *Investment-led* ou *Export-led*, e sua demanda por *commodities* crescente e intensa reflete este modelo, particularmente desde 2000 (YU, 2011). Logo, o aumento dos preços das *commodities* no século XXI e seu futuro está intimamente ligado à economia chinesa e à sua vontade e capacidade de absorver tais recursos. Mesmo que um choque de atividade na economia chinesa gere menos efeitos de transbordamento nos preços das *commodities* do que um mesmo choque na economia americana, possivelmente devido à dinâmica da economia chinesa como provedora de mercadorias ao mundo e ao papel americano de grande consumidor mundial (ROACHE, 2012), o impacto chinês nas *commodities* é enorme:

seus efeitos, apesar de mais curtos, são persistentes e em maior magnitude devido ao seu alto crescimento. Não é difícil de associar, portanto, o incrível ritmo de crescimento chinês e a entrada deste país na OMC com a tendência de alta dos preços das *commodities* mostrada no Gráfico 4.



Durante o mesmo período, o Brasil acabara de sair da crise cambial de 1999 e de um largo período de relativa estagnação e restrição externa, tendo o *boom* chinês contribuído positivamente para sua recuperação. Ao demandar um elevado volume de *commodities*, entre elas principalmente o ferro e a soja, as quais o Brasil dispõe de capacidade para produzi-las em abundância, a China tanto estimulou o crescimento econômico quanto forneceu dólares em abundância pelos produtos comprados, o que se refletiu nos ótimos resultados externos de praticamente todo o período: os dados oficiais do MDIC/SECEX mostram que o Brasil volta a ter superávits em Transações Correntes em 2003 depois de anos de déficits, paga a dívida com o FMI em 2005 e passa a acumular volumosas reservas internacionais a partir de 2006, com uma melhora em praticamente todos indicadores de dívida externa.

3.2.3 Pós-crise de 2008 e panorama atual

Com um cenário de crise e recessão mundial, as visões sobre as relações econômicas tornam-se mais ambíguas. A China mantém seu vigoroso crescimento, enquanto que os países desenvolvidos, principalmente Europa e Estados Unidos, passam por uma grande recessão. Neste contexto, os chineses mantêm seu apetite voraz por matérias-primas as quais o Brasil

possui em abundância; contudo, o declínio das exportações aos países industrializados enfatiza ainda mais a importância de mercados consumidores alternativos, como a América Latina. Logo, a situação se tornaria particularmente preocupante para o Brasil, que tem o maior parque industrial da América do Sul e que é o tradicional fornecedor de manufaturas da região (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

Mesmo que o crescimento chinês tenha sido pautado em grande medida pelo alto investimento em proporção ao PIB, as autoridades chinesas consideram essencial para uma trajetória constante de crescimento de longo prazo que o consumo das famílias cresça na composição do PIB. Com o advento da crise mundial em 2008 e a recessão subsequente, as tímidas tentativas de estímulo ao consumo foram transferidas a um segundo plano em favor da volta da priorização, ainda que não explícita, do investimento, pelo menos em um curto e médio prazo devido às necessidades de investimento e crescimento (YU, 2011). Isso levanta questões sobre como a nova capacidade instalada seria usada: se forçada a preços mais baixos no mercado internacional, o que, potencialmente, levaria a ações retaliatórias à China; se seria subutilizada, dificultando futuras operações de crédito; ou se teria uma transição suave em direção ao consumo (AHUJA; NABAR, 2012). Ahuja e Nabar (2012) ainda estimam que uma desaceleração no investimento chinês geraria transbordamentos negativos para o mundo, na medida em que este é o grande componente dinâmico do PIB chinês, sendo os transbordamentos causados por um aumento no consumo praticamente negligenciáveis. Com isso, no curto prazo, foi calculado que uma redução de 1% no investimento chinês levaria a uma redução de quase 0,1% do PIB brasileiro devido à importância das exportações deste para a China. O impacto só não seria maior devido à natureza relativamente diversificada da economia brasileira, já que a mesma redução do investimento chinês teria um impacto estimado até quatro vezes maior no Chile e na Arábia Saudita, duas economias altamente especializadas na exportação de recursos naturais.

Por outro lado, a crescente concorrência passa a preocupar cada vez mais o Brasil, já que, ao contrário da maioria dos países latino-americanos, o Brasil tende a priorizar sua indústria, seu mercado interno e suas alianças regionais em detrimento de uma economia essencialmente primária (CUNHA; BICHARA; LÉLIS, 2013). O setor manufatureiro brasileiro, apesar de passar por uma grande reestruturação após a abertura comercial do país, parecia não estar preparado para a crescente oferta chinesa. Além disso, teve que conviver ainda mais com uma taxa de câmbio real valorizada devido à crescente exportação de *commodities*. Portanto, o próprio modelo econômico brasileiro podia estar sendo ameaçado pela posição

econômica tomada pelos chineses, reduzindo a qualidade do comércio bilateral conforme as teorias de Prebisch (1949).

Surge, então, um grande debate: até que ponto a aliança econômica com a China tem sido, é, e poderá ser frutífera? Ainda que seja importante o grande impulso que este país tem dado ao crescimento e às exportações de *commodities* brasileiras, seria mesmo desejável expor a indústria nacional, a qual passou por um processo de mais de 50 anos de substituição de importações para se cristalizar, a uma competição possivelmente predatória e não sustentável? Caso a mudança do eixo econômico mundial se concretize em direção ao leste asiático, o Brasil necessitaria ser capaz de aproveitar os efeitos positivos da ascensão chinesa, como o aumento da demanda por *commodities* e capital para investimentos, mas também antever as ameaças ao seu atual modelo econômico, incluindo o crescente aumento da concorrência no setor de produtos manufaturados tanto no mercado interno quanto externo, pois já existem sinais de que esta concorrência tem deslocado significativamente as exportações brasileiras de manufaturados a parceiros tradicionais brasileiros, como a América Latina, EUA e União Europeia (JENKINS; BARBOSA, 2012).

É improvável que a demanda da China por *commodities* diminua significativamente em um futuro próximo: espera-se que ela só se estabilize quando a renda *per capita* chinesa chegar a um nível próximo de US\$ 15.000 a US\$ 20.000 (CASTRO, 2008), em comparação aos cerca de US\$ 7.000 de hoje. Da mesma forma, espera-se que o crescimento chinês desacelere gradualmente, mas que continue marchando a taxas altas; o que está se tornando cada vez mais difícil, no entanto, é manter e aprofundar o modelo baseado somente no investimento e exportações. Guo e N'diaye (2009) afirmam que, para manter o atual modelo, seria necessário um aumento das exportações e do *market share* mundial, o qual, ao menos para importantes mercadorias chinesas, só seria alcançado por meio de aumento de produtividade, de diminuição da taxa de lucro ou de aumento de subsídios. Outra possível solução seria investir em produtos de maior valor agregado e aumentar as exportações neste setor também. Contudo, a escala com as quais essas medidas podem ser implementadas provavelmente seria insuficiente para manter o ritmo de crescimento necessário à China, trazendo à tona, então, a necessidade de voltar-se com força ao mercado interno, o qual seria capaz de fornecer um grande ímpeto ao crescimento sem que se confiasse demais na capacidade de exportar e aumentar o *market share* de produtos chineses no mundo.

Por outro lado, a China tem aumentado consideravelmente seu investimento direto estrangeiro (IDE) em todo o mundo, e sua parceira na América Latina e Caribe tem sido notada, especialmente após 2010 (ECLAC, 2013). Ainda que seja de difícil estimação a quantidade

exata de IDE chinês para a América Latina e Brasil, a CEPAL (2013) apresenta algumas conclusões: devido ao déficit de recursos naturais da China, os primeiros fluxos foram de companhias estatais chinesas em busca de recursos naturais em outros países; atualmente, elas já estão entre os principais *players* em setores específicos, como mineração, gás e petróleo em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Entretanto, a maior presença de empresas chinesas fora do setor de recursos naturais é no Brasil, em larga medida, devido à escala e importância do mercado interno e às restrições legais e tarifárias impostas à importação, já que estas empresas preferem manter a base de produção na China. Embora ainda longe de ser uma das maiores fontes de investimentos do Brasil, espera-se que continue crescendo cada vez mais e em duas vias, acompanhando o já integrado comércio entre os países e criando oportunidades de crescimento também para o Brasil.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo iniciou buscando exibir algumas das principais tendências nas relações mundiais, com foco no comércio. O comércio internacional da forma que conhecemos hoje começou na época da formação dos estados-nações e seguiu uma tendência relativamente contínua de crescimento do século XVI até 1914, quando caiu abruptamente, devido a duas guerras mundiais e à crise de 1929. Apenas em 1945 começaria a reestruturação do comércio, porém a passos lentos e com muita precaução. Já em finais dos anos setenta e início dos anos oitenta, os avanços tecnológicos permitem um processo de rápida integração mundial em diversos campos, chamado de globalização. Este período também foi palco de grandes mudanças no equilíbrio econômico, protagonizado, em grande parte, pelo crescimento dos países em desenvolvimento. As instituições mundiais aparentemente não foram capazes de alcançar ainda uma representação que correspondesse a esse novo equilíbrio, e o novo cenário que se monta, junto com a recessão mundial de 2008, aponta para uma importância cada vez maior dos países do Sul em contraposição aos do Norte.

Em seguida, ao analisar a história recente e as relações entre Brasil e China, pôde-se ver que os dois países tiveram trajetórias muito diferentes, quando não distantes, mas que se encontraram, em um primeiro momento, na economia, como parceiros comerciais, e, em um segundo momento, na política externa, como representantes dos países emergentes. O Brasil saiu de um Regime Militar em direção a uma democracia relativamente estável, mas com graves e persistentes problemas econômicos, o que levou a três décadas (1980, 1990 e 2000) de

crescimento medíocre. A China, por outro lado, ainda tem um regime político unipartidário e não democrático, embora tenha liberalizado parcialmente sua economia no final dos anos 1970 e acumule enormes taxas de crescimento desde então. As necessidades de ambos convergem, ainda que antagonicamente, nos anos 2000, quando a China ingressa na OMC e passa a crescer ainda mais rapidamente, demandando cada vez mais insumos para sua produção, entre os quais o Brasil possui alguns em abundância, principalmente o ferro e a soja. Essa relação proporcionou um alívio das contas externas e um impulso ao crescimento do Brasil em um primeiro momento; entretanto, principalmente após a crise de 2008, alguns autores constatarem efeitos perversos de mais longo prazo nesta relação, a qual contribuiria para o processo de desindustrialização que o Brasil sofre, levando a um processo de reprimarização da pauta exportadora.

4 RELAÇÕES BRASIL E CHINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Compreendidos tanto o embasamento teórico quanto os principais aspectos históricos dos dois países, forma-se a principal pergunta a ser respondida neste trabalho: de acordo com as teorias de comércio internacional, o recente boom chinês e o conseqüente aumento do comércio entre os dois países apresenta mais ameaças ou oportunidades ao Brasil? Consta-se pelo referencial teórico levantado que um aumento do comércio entre dois países é, em geral, benéfico. Contudo, haveria algumas possibilidades, de certa maneira interligadas, que considerariam este aumento de comércio como possivelmente danoso: a primeira seria de que os termos de troca de produtos agrários em relação aos produtos industrializados seriam historicamente desfavoráveis, o que desincentiva uma estratégia de padrão primário-exportador; uma segunda seria de que ele aceleraria o processo de desindustrialização, fazendo o país perder sua indústria e, portanto, seu setor mais inovador e competitivo, lesando suas possibilidades de crescimento de longo prazo; finalmente, uma terceira seria a possibilidade de que esta expansão chinesa recente não seria sustentada no longo prazo, e uma especialização excessiva do padrão de comércio surgida entre o Brasil e a China, neste curto prazo, levaria a efeitos perversos no longo prazo.

Este capítulo do trabalho analisa um conjunto de variáveis que influenciam determinadamente o comércio entre os dois países em questão e que estão no cerne desta discussão, entre eles (porém não somente), a corrente de comércio bilateral, a composição da pauta de comércio, os termos de troca entre os dois países e sua tendência histórica, a possibilidade de desindustrialização e a trajetória do crescimento chinês e seus transbordamentos. Desta forma, pode-se tentar elucidar analiticamente as alternativas as quais o comércio com o país asiático pode ser benéfico ou não.

4.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL

Como apresentado teoricamente, mesmo que haja diversas ressalvas quanto aos modelos clássicos de comércio internacional, nenhuma teoria amplamente discutida defende o fim ou a diminuição maciça do comércio internacional como um modo de aumentar o bem-estar nacional. Pelo contrário, praticamente todas as vertentes teóricas preferem um comércio mais vigoroso com o exterior devido à aceitação de que um país não pode produzir tudo o que consome e de que a especialização produtiva decorrente do comércio tende a gerar ganhos de

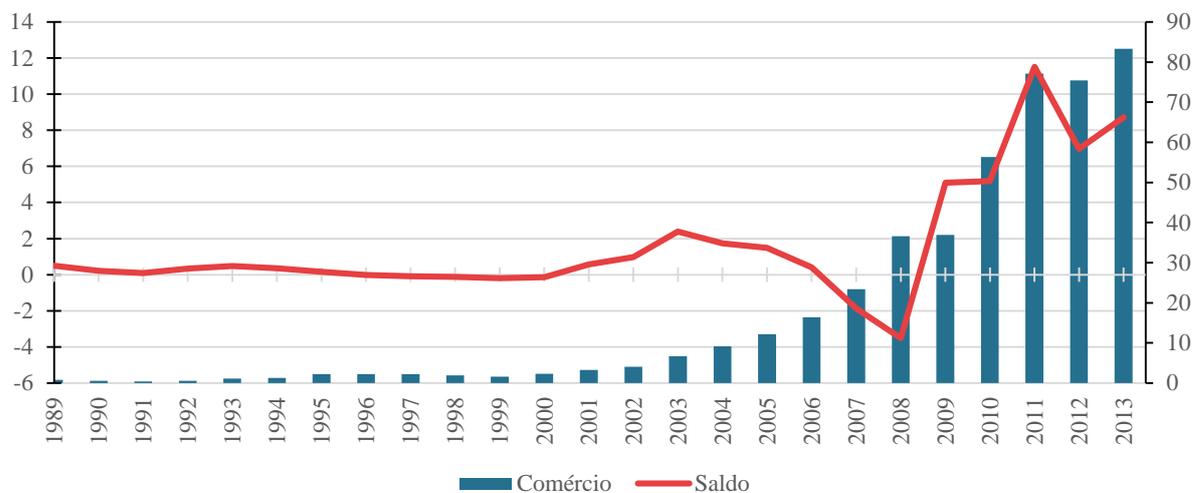
bem-estar. Krugman (1987) comenta que a possibilidade teórica de intervenção governamental em pontos específicos na política comercial, como proteção tarifária, se tornou uma realidade com o relaxamento de algumas suposições, tais quais a competição perfeita internacional e os retornos constantes de escala; contudo, em um mundo em que as falhas de governo são tão grandes quanto ou até mesmo maiores que as falhas de mercado, o livre comércio segue como uma política geralmente recomendável no campo teórico, embora sem sua infalibilidade dos anos anteriores. Um exemplo claro disso é o argumento da indústria infante, no qual países defendem suas políticas protecionistas sobre o pretexto de esperar que um determinado setor industrial fique maduro antes que possa competir no mercado internacional; na prática, contudo, boa parte destas experiências se revela infrutífera ou protege um setor ineficiente que está longe de ser infante.

Empiricamente, diversos estudos mostram que há uma correlação positiva entre comércio, produtividade e renda, sugerindo que países mais abertos tiveram um maior aumento da produtividade (EDWARDS, 1998). No entanto, estes mesmos estudos não conseguem determinar a causalidade da relação, ou seja, se o comércio causa um aumento de renda ou o aumento de renda causa o crescimento, pois caem no problema estatístico da endogeneidade, no qual a variável explicada (renda) também interfere na variável explicativa (comércio) e vice-versa. Frankel e Romer (1999), na tentativa de contornar o problema da endogeneidade, elaboraram uma metodologia que utiliza a posição geográfica dos países como uma variável instrumental e, ao aplicar a econometria, estimaram que o efeito do aumento de um por cento na abertura de uma economia pode aumentar a renda *per capita* de meio a dois por cento. Contudo, os próprios autores admitem que o modelo calcula de maneira consideravelmente imprecisa os parâmetros e que a hipótese nula de que não há qualquer efeito entre as variáveis é apenas marginalmente rejeitada a níveis de erro convencionalmente utilizados.

Com efeito, toma-se que um incremento de comércio do Brasil com a China, *ceteris paribus*, apresenta mais evidências de que é benéfico do que não para o Brasil de acordo com os modelos teóricos apresentados, muito embora não haja evidências empíricas totalmente conclusivas sobre o tema. Para medir este efeito, a definição de corrente de comércio bilateral utilizada é a soma das exportações e importações apenas do Brasil para a China, já que as exportações de um país correspondem às importações do outro, e vice-versa. Os dados oficiais do governo brasileiro para estas medidas estão disponíveis no Aliceweb, que vêm desde 1989 até o último mês corrente, período significativo para a análise, pois captura o início do comércio entre Brasil e China, que era incipiente nos primeiros anos da série, assim como o grande aumento do mesmo em dois surtos, a abertura comercial brasileira no início da década de 1990

e a chinesa, a partir dos anos de 2000 e 2001, quando este país ingressa na OMC. Adicionalmente, será também exposto o saldo comercial entre os dois países, ou seja, o quanto o Brasil exportou a mais do que importou da China, pois ajuda tanto a esclarecer o quanto do aumento do comércio bilateral se deve a exportações quanto importações quanto avaliar se a posição externa do país se torna mais vulnerável devido ao comércio com a China especificamente. Estes dados se conjugam no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Corrente e Saldo do Comércio Brasil e China, 1989-2013 (US\$ bilhões correntes)



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis em Brasil (2014a).

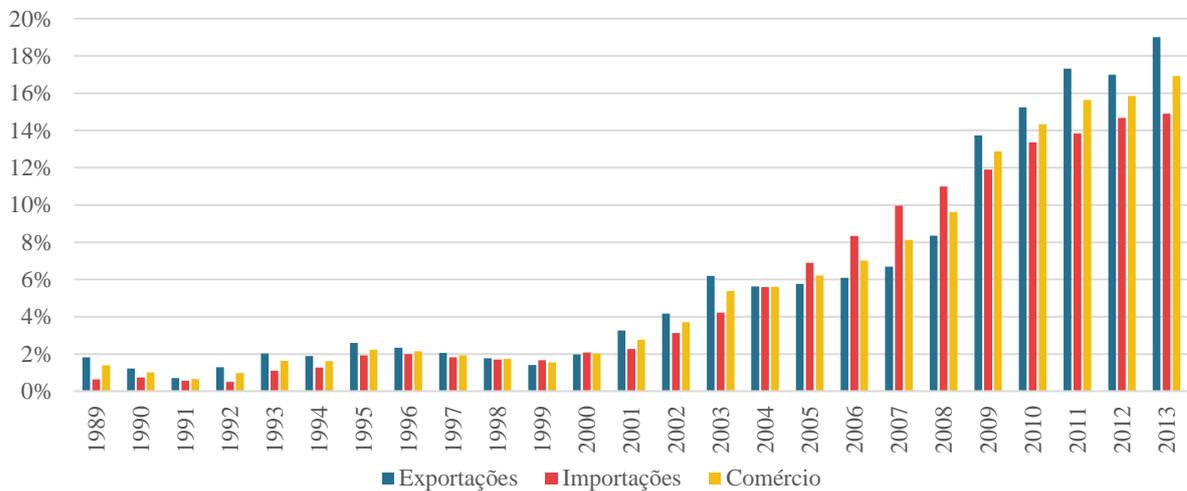
Nota: saldo no eixo à esquerda e comércio no eixo à direita.

Embora haja um aumento perceptível do nível de comércio entre o Brasil e a China no início da década de 1990, o aumento total do comércio torna-se claramente visível e com uma crescente tendência de aumento a partir de 2001, evidenciando a abertura comercial chinesa. Com a exceção de anos atípicos, o movimento foi de incremento ininterrupto das transações dos dois países, tanto em exportações quanto importações. O saldo comercial demonstra que, no período mais relevante, apenas os anos imediatamente anteriores à crise de 2008 foram de déficit e com os últimos anos de larga folga comercial, o que configura uma situação favorável ao Brasil de credor da China e alívio da balança de pagamentos, e não o contrário. Isso também contribui largamente para o aumento das reservas em divisas internacionais do Banco Central do Brasil observado principalmente a partir de 2006.

Como o comércio com a China tem se incrementado mais rapidamente que com os demais parceiros comerciais, verifica-se que o aumento recente não é expressivo somente em termos absolutos, mas também em termos relativos, como expõe o Gráfico 6. A tendência de aumento da participação chinesa é semelhante a do aumento do comércio, com um pequeno aumento na década de 1990 e um crescimento quase que constante após 2001, culminando com

a ascensão ao posto de maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos, em 2012.

Gráfico 6 – Participação chinesa em variáveis selecionadas do comércio exterior brasileiro, 1989-2013



Fonte: elaboração própria a partir de dados de Brasil (2014a) e World Trade Organization – WTO (2014).

Por meio da análise proposta, conclui-se que é evidente o aumento do comércio entre o Brasil e a China, e, mais do que isso, o saldo das transações, nos últimos anos, foi altamente superavitário, caracterizando uma relação que é capaz de fortalecer a posição internacional de investimentos brasileira. O aumento da participação chinesa no comércio brasileiro é um dos reflexos da maior corrente de comércio entre os países. Segundo as proposições teóricas estudadas, este aumento de comércio tem potencial de ser benéfico por estimular a especialização produtiva e os retornos de escala.

4.2 COMPOSIÇÃO DA PAUTA DE COMÉRCIO

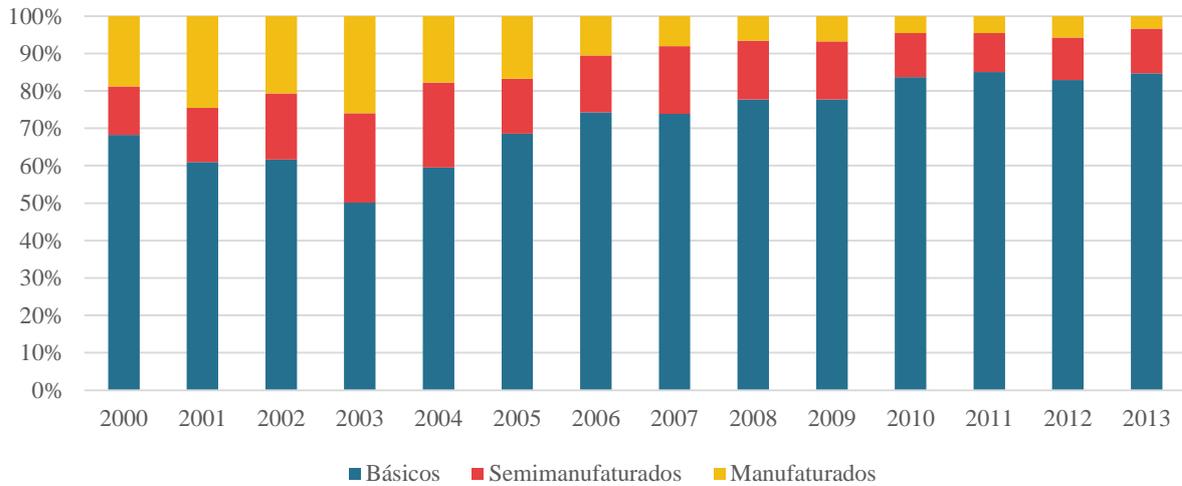
Enquanto que a ideia de mais comércio seja amplamente aceita, o mesmo não se pode dizer quando se discute a composição da pauta deste comércio. Por um lado, a teoria clássica ricardiana (DORNBUSCH; FISCHER; SAMUELSON, 1977) utiliza diferenciais de tecnologia entre os países para cada produto, sendo estes determinados pela vantagem comparativa que um país tem sobre o outro, não importando especificamente o quê, desde que seja o mais eficiente relativamente. Por outro lado, críticos desta teoria apontam certas ressalvas quanto ao que é comercializado, seja para exportação ou importação, devido principalmente a propriedades específicas que a produção ou troca de determinado bem pode trazer ao bem-estar do país. O modelo de Heckscher-Ohlin (1933) admite que possam haver mudanças

fundamentais no bem-estar com a abertura do país ao comércio internacional, já que a produção e, conseqüentemente, as rendas dos fatores se alteram em direção àquele em que o país é mais abundante, causando uma distribuição de renda entre os agentes econômicos, gerando perdedores e ganhadores. O modelo, porém, prevê que o comércio é potencialmente benéfico a todos, pois aqueles que ganharam com o comércio poderiam compensar os que perderam e ainda gerar um benefício líquido à economia.

Ainda a respeito das teorias que se encaixam neste segundo grupo, algumas focam mais na importância de um setor industrial, relativamente mais dinâmico, em detrimento de um setor primário, relativamente menos dinâmico, para o desenvolvimento da economia e como o comércio internacional pode afetar tanto positivamente quanto negativamente esta questão. A teoria da deterioração dos termos de troca de Raúl Prebisch (1949) adverte que, devido à tendência declinante histórica dos preços das *commodities*, países que mantivessem um padrão de comércio primário-exportador sofreriam de uma relação de permanente dependência dos países industrializados, sem poder desenvolver-se e atingir níveis ideais de renda. Para quebrar este círculo vicioso, o país deveria passar por um processo de substituição de importações e industrializar-se. De forma semelhante, economistas de inspiração teórica kaldoriana (RODRIK, 2004) apontam justamente os crescimentos substancialmente maiores de produtividade do setor secundário e de sua importância para o crescimento, advertindo para os perigos de um comércio internacional que incentivasse a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização da economia.

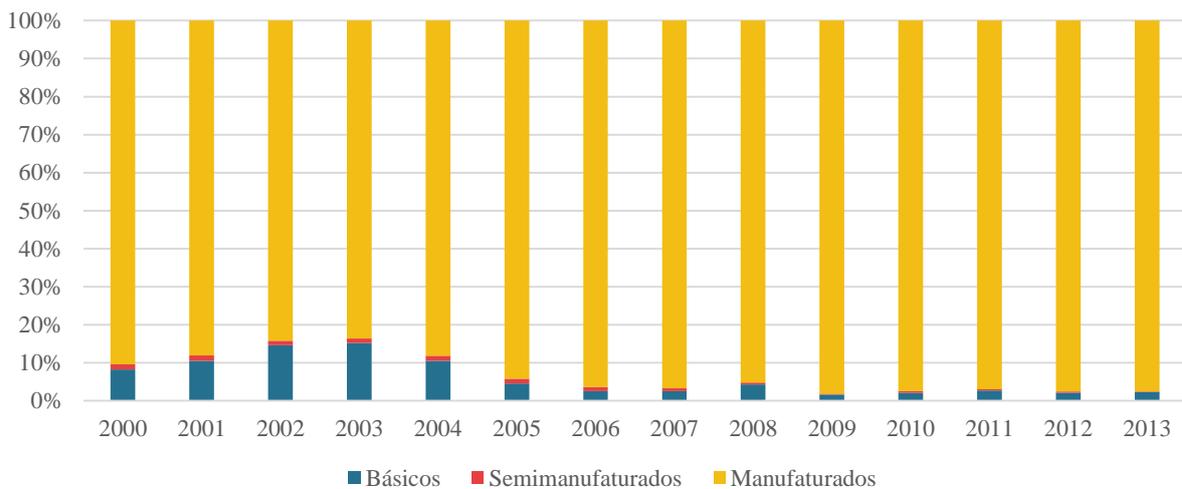
Para analisar a composição da pauta de comércio entre Brasil e China, foram utilizados os dados de exportação e importação entre os dois países fornecidos pelo MDIC, separados por fator agregado: produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados e do período disponível de 2000 a 2013, intervalo de tempo de maior relevância para a análise. Os dados podem ser visualizados nos Gráfico 7 e Gráfico 8

Gráfico 7 – Pauta de exportações do Brasil para a China, 2000-2013



Fonte: elaboração própria a partir de dados de Brasil (2014b).

Gráfico 8 – Pauta de importações do Brasil originada na China, 2000-2013



Fonte: elaboração própria a partir de dados de Brasil (2014b).

Nota-se que a diferença é visível: enquanto que a pauta exportadora é majoritariamente composta de produtos básicos, a importadora é praticamente toda composta de produtos manufaturados. As exportações brasileiras à China também são altamente concentradas, com três *commodities*, a soja, o ferro e petróleo, correspondendo a aproximadamente 80% da pauta em 2013, enquanto que as importações brasileiras da China são muito mais variadas, com as 100 principais categorias de produtos importados correspondendo aproximadamente a 40% da pauta. Além disso, a participação dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras para a China diminuiu no período, e as importações deste mesmo tipo de produto da China aumentaram.

As pautas exportadora e importadora do Brasil para a China, portanto, têm uma composição por fator agregado muito característica, além de se alterarem significativamente no período em análise. Esse efeito, no entanto, é visto de formas diferentes na literatura. O modelo Ricardiano explica esta composição como uma relação entre a tecnologia de produção entre os países, com uma mudança desta sendo um movimento nas vantagens relativas, e, portanto, positivo, pois a produção de um país e seu comércio deveriam estar alinhados com suas vantagens relativas. O modelo Heckscher-Ohlin explica a composição da pauta como um reflexo das diferenças nas dotações de fatores entre os países e os movimentos nesta composição como uma mudança nesta dotação, sendo esses benéficos, pois também realinhariam a produção do país com suas vantagens relativas.

O ponto divergente parte das teorias de inspiração de Prebisch e Kaldor. Este panorama de comércio vivido pelo Brasil seria aquele caracterizado por Prebisch como de centro-periferia, sendo desfavorável ao país por ser demasiado concentrado em produtos primários, que seguiriam uma tendência histórica de baixa de preços. Já para os economistas de inspiração kaldoriana, esta falta de peso da indústria na pauta de exportação é preocupante devido à natureza mais dinâmica deste setor, que seria fundamental para o desenvolvimento econômico. Na tentativa de clarificar estes dois pontos divergentes, será feita uma análise tanto dos termos de troca entre o Brasil e a China quanto da possibilidade da China estar contribuindo para um processo de desindustrialização da economia brasileira.

4.3 TERMOS DE TROCA

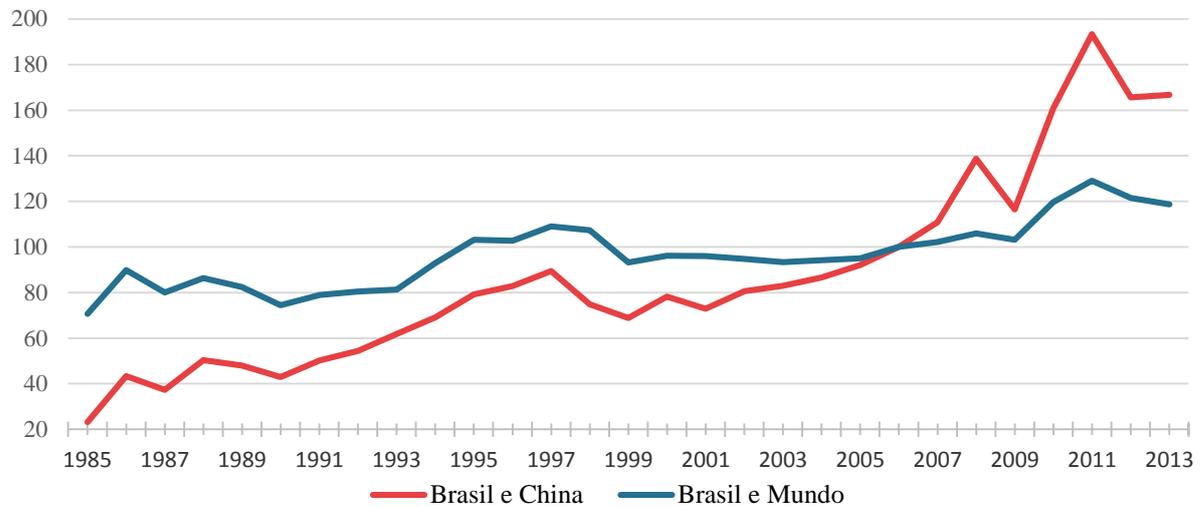
A teoria clássica, por meio do modelo-padrão de equilíbrio geral, apresenta a curva de oferta e demanda mundial, advinda da curva de possibilidade de produção de cada país e das preferências mundiais pelos bens produzidos nestes países, respectivamente. Da sua intersecção, obtém-se a relação de preços mundiais relativos, os termos de troca, e é somente com esta relação que é possível determinar o equilíbrio de produção de cada país e em qual ponto da sua curva de possibilidade de produção ele estará. Um aumento desta relação de preços dos produtos exportados sobre preços dos produtos importados gera um ganho de bem-estar, enquanto que uma diminuição leva a um efeito inverso. Movimentos nos termos de troca estariam ligados a deslocamentos nas curvas de demanda, devido a uma mudança de preferências de consumo, e de oferta mundial, devido a crescimentos da curva de possibilidade de produção viesados ou para a importação ou para a exportação.

O principal argumento de Prebisch baseava-se na constatação empírica de que os preços de produtos primários, os exportados, em geral, por países em desenvolvimento, eram historicamente declinantes em relação aos preços dos produtos industrializados, exportados comumente por países desenvolvidos, gerando uma assimetria de preços no comércio internacional perversa para os países mais pobres. Os vários motivos para isso frisavam as características menos dinâmicas dos produtos primários em relação aos industrializados, e, em especial, a menor elasticidade-renda destes bens primários.

Diversos autores discutem a validade da teoria da deterioração dos termos de troca de Prebisch até hoje, com métodos econométricos cada vez mais sofisticados. Embora esta análise tão profunda fuja do escopo deste trabalho, a análise especificamente dos termos de troca do Brasil com a China pode levar a conclusões interessantes, pois se atém ao período e à conjuntura de interesse. Ambas as teorias admitem movimentos nos termos de troca e em ambas estes são relevantes para determinar o bem-estar nacional.

Termos de Troca para um país são comumente definidos na literatura econômica como a relação entre o preço dos bens exportados por este país dividido pelo preço dos bens importados pelo mesmo país (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999), pois este é seu uso generalizado. Tal índice para o Brasil é fornecido pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e é utilizado para comparação. Para a elaboração dos Termos de Troca somente entre o Brasil e a China, são utilizados o índice de preços dos produtos exportados pelo Brasil à China ponderado pela sua quantidade exportada, dividido pelo índice de preços dos produtos importados da China pelo Brasil, ponderado pela quantidade importada. Estes índices de preços também são fornecidos pela FUNCEX para o período de 1985 a 2013, com uma base trimestral, e uma divisão básica entre os dois resulta na série vista no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Termos de Troca entre Brasil e parceiros selecionados, 1985-2013 (2006 = 100)



Fonte: elaboração própria com dados de Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (2014).

O gráfico mostra claramente um incrível aumento nos termos de troca do Brasil em relação à China no passado recente, chegando, no ponto mais alto da série, em 2011, a quase 200 pontos, praticamente dez vezes o observado em 1985, o que configura um cenário extremamente favorável ao Brasil em relação à China no que tange os preços praticados no comércio entre os dois países. Tal aumento acaba por eclipsar (ou, de certa maneira, explicar) o grande aumento recente dos termos de troca do Brasil com o mundo de 2009 em diante. Estes dados, no entanto, são muito recentes e pouco extensos para qualquer análise de tendência histórica, inviabilizando previsões de longo prazo.

Logo, diferentemente dos termos de troca do Brasil com o mundo, cujo comportamento é mais estável, é claramente observável um aumento nos termos de troca entre o Brasil e a China a curto e médio prazos. Contudo, não se pode dizer o mesmo do longo prazo, visto que o período é curto para uma análise de tendência histórica, o que faz com que, embora do ponto de vista clássico o aumento tenha sido benéfico ao Brasil, a questão dos termos de troca fique em aberto devido a uma possibilidade de declínio secular desses.

4.4 DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE BRASILEIRA

Conforme a literatura ortodoxa, representada por Rowthorn e Ramaswamy (1997), a desindustrialização é um processo natural nas economias avançadas caracterizado pelo declínio relativo da participação da indústria no produto e no emprego em detrimento de outras atividades, sem que haja um decréscimo significativo nos níveis de renda. A antítese é

apresentada por Kaldor (1966), na qual o papel da indústria no crescimento da produtividade é essencial para o desenvolvimento do país, devido às suas características mais dinâmicas em relação aos outros setores.

A questão para o Brasil, no entanto, é mais complexa. Palma (2005) atenta para o fato de que o país não vem seguindo o caminho natural de desindustrialização das economias avançadas, mas sim vem sofrendo uma desindustrialização precoce, com indicadores de atividade industrial declinantes antes que se atingissem os níveis os quais os países avançados haviam alcançado antes que sofressem esta desindustrialização. Desta forma, o país estaria em uma trajetória perversa de desenvolvimento, na qual perderia o auxílio proporcionado pelo aumento da produtividade da indústria em um momento prematuro para uma transição para uma economia avançada, dificultando o desenvolvimento de longo prazo.

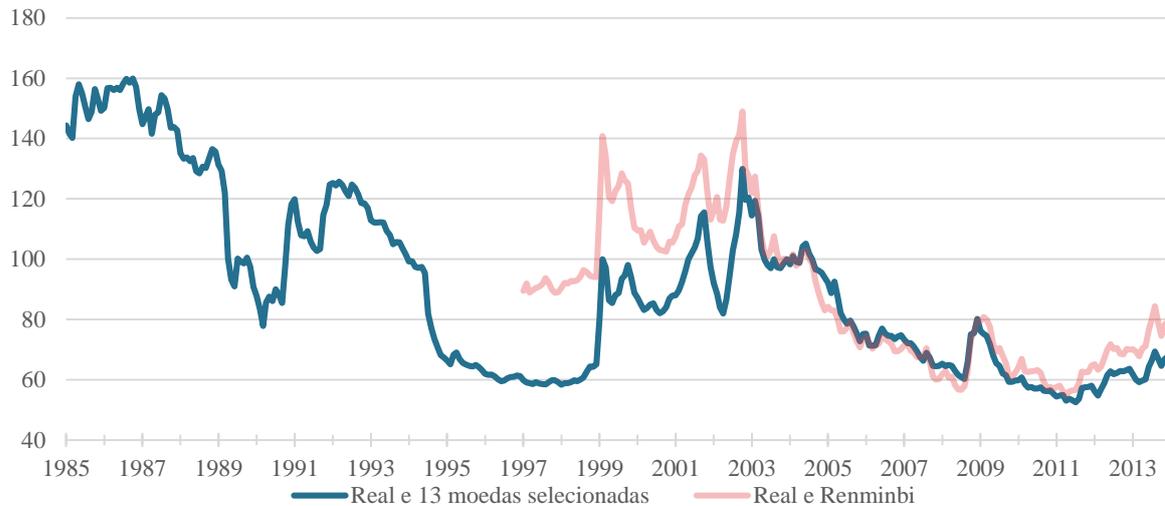
Embora não seja o foco deste trabalho concluir quando, como, ou se este processo de desindustrialização ocorreu, é interessante esclarecer como a China se insere neste contexto, já que o comércio deste país com o Brasil pode ser caracterizado como um dos possíveis agravantes deste processo de desindustrialização, visto que ele é nitidamente regressivo do ponto de vista de sua composição industrial. Para tentar aclarar esta discussão, serão expostos os principais estudos na literatura disponível que discutem o papel chinês nestas mudanças: por um lado, argumenta-se que o crescimento das exportações de bens manufaturados chineses causa tanto o efeito direto de maior competição no ambiente doméstico brasileiro quanto o efeito indireto do deslocamento das exportações de produtos manufaturados do Brasil para seus mercados tradicionais; por outro lado, o recente *boom* nos preços das *commodities* puxado pela demanda chinesa teria incentivado um padrão de comércio exterior regressivo e com base em exportações de recursos naturais, grandes superávits em conta corrente e uma taxa de câmbio apreciada que prejudica a competitividade dos produtos industriais brasileiros, conhecida como a doença holandesa.

Comparativamente com seus vizinhos latino-americanos, o Brasil possui uma estrutura produtiva mais diversificada, com um setor manufatureiro mais robusto, sendo o tradicional fornecedor de produtos manufaturados para estes mercados; assim, de acordo com Jenkins e Barbosa (2012), a ascensão chinesa apresentaria um risco real tanto de deslocamento destas exportações, devido à sua similaridade tecnológica e ao dinamismo do mercado latino-americano no contexto pós-crise financeira, quanto de crescente competição doméstica pelo mercado consumidor brasileiro. As evidências corroboram, em parte, este movimento: estes mesmos autores constataram que, embora as importações brasileiras de produtos chineses tenham aumentado, elas vieram em troca da diminuição das importações de vários outros

países, não significando um deslocamento massivo da produção nacional. Contudo, a concorrência com os produtos chineses nos mercados externos, em que não há proteção nacional à indústria, é bastante diferente: os autores observaram uma queda significativa do *market-share* brasileiro nos produtos industriais exportados para os EUA, União Europeia e América Latina em detrimento aos produtos chineses, principalmente após a entrada da China na OMC. Logo, embora as exportações configurem apenas cerca de um quinto do produto industrial brasileiro, perdas significativas no *market-share* mundial, como as observadas no período recente, da ordem de mais de 5% no período de 2004 a 2009, podem ser consideradas ameaças possíveis à indústria brasileira (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2008), a teoria de que o Brasil sofreria da “doença holandesa” baseia-se no fato de que, como o país possui um enorme potencial de produção de recursos naturais, o Brasil exporta *commodities* em abundância, o que causa superávits em conta corrente e move a taxa de câmbio de mercado para um ponto desalinhado com a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que permitiria o desenvolvimento industrial. Na conjuntura atual, a China estaria pressionando a demanda mundial por *commodities*, e, portanto, contribuindo para o problema da doença holandesa no Brasil, não permitindo que a indústria se desenvolvesse satisfatoriamente no país. De fato, foi verificado entre o Brasil e a China, nos últimos anos, um volumoso superávit em transações correntes em favor do Brasil, que, todavia, se desagregado, apresenta um déficit para produtos manufaturados e um superávit para produtos primários. Além disso, a taxa de câmbio real entre o Real brasileiro e o Renminbi chinês segue a tendência da taxa de câmbio real ponderada entre os principais parceiros comerciais, que é de franca apreciação, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Taxa de câmbio real entre o Real e moedas selecionadas, 1985-2013 (Dez/2003 = 100)



Fonte: FUNCEX (2014).

Nassif (2008) argumenta, no entanto, que evidências empíricas não apontam para uma nova doença holandesa no Brasil, já que não haveria ocorrido nem uma realocação generalizada dos fatores produtivos para o setor primário nem um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em recursos naturais, de 1990 a 2005. O autor atenta, contudo, que o movimento de contínua apreciação da taxa de câmbio a níveis cada vez mais baixos poderiam transformar o que são suspeitas em um processo real de desindustrialização.

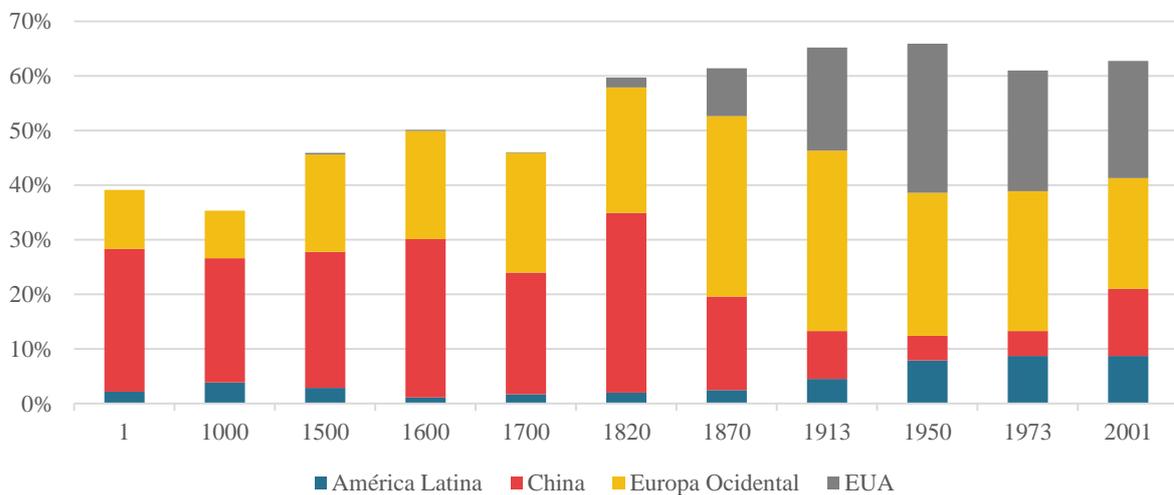
Embora não seja totalmente conclusiva nem a magnitude nem a relevância exata isolada do efeito China na indústria brasileira, este seria prejudicial à indústria, e, analisada do ponto de vista kaldoriano, danoso ao desenvolvimento do Brasil. Não só a China exporta manufaturas em larga escala que competem com o Brasil tanto em nível doméstico quanto global, sua crescente demanda por *commodities* empurra o país em direção a uma especialização em recursos naturais que ajudaria a manter a taxa de câmbio apreciada e abaixo da requerida pela indústria. Resta saber se esta trajetória de exportador mundial chinesa continuará e se manterá no longo prazo ou se haverá uma transição para uma economia de consumo, na qual a China não seria mais somente um concorrente, mas, também, um mercado para a indústria brasileira.

4.5 TRAJETÓRIA DO CRESCIMENTO CHINÊS E TRANSBORDAMENTOS

Visto de uma perspectiva conjuntural, poucos acontecimentos econômicos parecem tão surpreendentes quanto o rápido crescimento econômico chinês. Diversas questões são suscitadas quanto à sua possível duração, continuidade e estabilidade. Contudo, visto de uma

perspectiva histórica, o crescimento chinês demonstra não a emergência de uma potência, mas sim seu retorno: o Gráfico 11 mostra claramente que, até o início do século XIX, a China representava cerca de 30% do PIB mundial, enquanto que a ascensão econômica chinesa desde 1973 representou uma recuperação desta participação, perdida ao longo dos últimos 200 anos. Maddison (2007) calcula que a economia chinesa continuará crescendo continuamente, mas a passos cada vez mais curtos, e que, em 2030, já corresponderá a um quarto da economia global com renda *per capita* atingirá um nível de cerca de 30% da renda americana, nível próximo ao patamar brasileiro atual. A questão, portanto, não parece ser se a China continuará crescendo, mas sim como será esse crescimento, sendo esta uma verdadeira mudança estrutural.

Gráfico 11 – Parcela do PIB mundial, países e regiões selecionadas, 1-2001



Fonte: elaboração própria com dados de Maddison (2003, p. 263).

Os efeitos deste crescimento no mercado mundial são imensos, inclusive no Brasil: diversos relatórios de efeitos de transbordamento indicam que a China continuará a afetar o mundo por meio do comércio, preços das *commodities* e sistema financeiro, ainda que de forma mais lenta e gradual (IMF, 2014b). Diversas oportunidades podem ser tiradas disso: o crescente mercado chinês apresentará novas oportunidades às indústrias brasileiras, ainda pouco presentes na China; o *boom* das *commodities* provavelmente continuará até que se atinjam níveis de renda muito mais altos que os atuais (ROACHE, 2012), o que contribuiria para o equilíbrio externo brasileiro; o crescente interesse chinês em investir fora do país poderá proporcionar ainda mais possibilidades de parcerias de investimentos, tanto de empresas chinesas no Brasil quanto de empresas brasileiras na China.

Como se dará este crescimento, no entanto, é incerto. A China tem seguido um modelo orientado ao investimento e às exportações, mas diversos pesquisadores já apontaram as

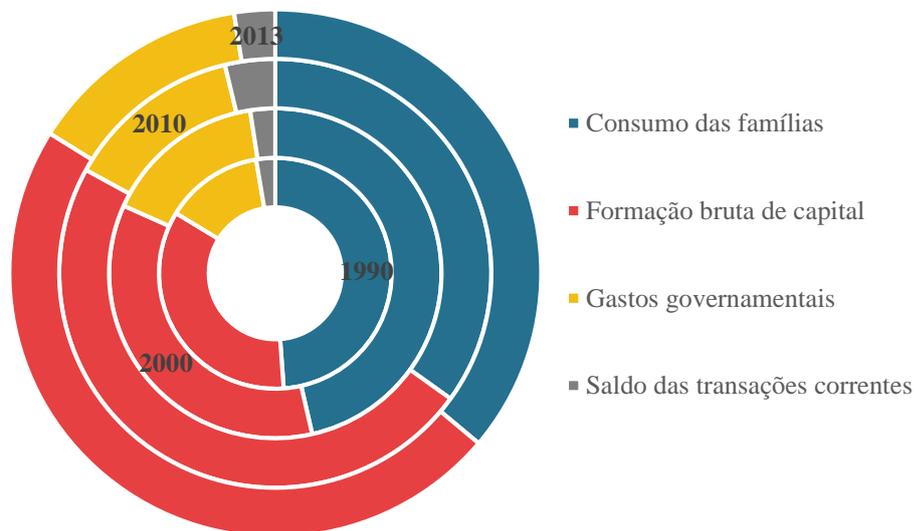
limitações deste modelo: para Guo e N'Diaye (2009), manter uma expansão das exportações em um ritmo compatível com as necessidades chinesas seria oneroso, e uma alternativa mais sustentável de longo prazo, ainda mais em um cenário de pouco crescimento global, seria a implementação de reformas para a transição em direção a uma economia com base no consumo privado. A resposta à crise de 2008, no entanto, foi de claro reforço ao sistema atual, como pode ser visto na Tabela 2 e no Gráfico 12, mostrando que, ao menos no curto prazo, as autoridades chinesas manterão o atual modelo econômico.

Tabela 2 - Composição do PIB chinês, 1985 - 2013

	Consumo das famílias	Formação bruta de capital	Gastos governamentais	Saldo das transações correntes
1985	51,66%	38,10%	14,31%	-4,08%
1990	48,85%	34,87%	13,64%	2,64%
1995	44,88%	40,29%	13,25%	1,58%
2000	46,44%	35,28%	15,86%	2,42%
2005	38,93%	41,54%	14,09%	5,45%
2010	34,94%	48,06%	13,25%	3,75%
2013	36,14%	47,75%	13,62%	2,48%

Fonte: Elaboração própria com dados de World Bank (2014).

Gráfico 12 – Composição do PIB Chinês, 1990-2013



Fonte: elaboração própria com dados de World Bank (2014).

Diversos estudos apontam para um crescimento vigoroso, mas menos acelerado da China nos próximos anos, com certo consenso de que o eixo econômico mundial se moverá cada vez mais em direção à Ásia em detrimento aos países ricos e ocidentais. Esta nova configuração econômica mundial merece especial atenção brasileira já que uma mudança deste porte requer uma especial reestruturação econômica com o objetivo de aproveitar os pontos

positivos deste crescimento e saber contornar pontos negativos. Este desafio pode provar-se tão mais complexo quanto maior a dependência chinesa de altos investimentos e exportações. Felizmente, as perspectivas de transição para uma economia de consumo e cada vez mais aberta proporcionam oportunidades valiosas ao Brasil, que deverá trabalhar para ser capaz de usufruir delas.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências empíricas, quando tomadas exclusivamente entre o Brasil e a China, são, em geral, versões exacerbadas das variáveis do Brasil em relação ao mundo, o que facilita identificar importantes movimentos; entretanto, as conclusões são consideravelmente dependentes das variáveis observadas e sob que ótica estas são analisadas. O importante aumento do comércio entre os dois países, tanto em termos absolutos quanto relativos, reflete toda uma nova conjuntura de comércio Sul-Sul, e é geralmente tido como positivo, especialmente pelo fato de ter sido superavitário nos últimos anos, aliviando as contas externas brasileiras, um tema historicamente sensível ao país. Já a pauta de comércio é essencialmente composta por bens primários exportados pelo Brasil em troca de bens manufaturados exportados pela China, o que, se interpretado pelo ponto de vista ortodoxo, seria indiferente, interpretado pelo ponto de vista heterodoxo, configura-se em uma situação altamente desfavorável ao Brasil devido à tendência de declínio dos preços dos produtos primários em relação aos manufaturados e ao agravamento de processos caracterizados na literatura como desindustrialização e “doença holandesa”.

Os termos de troca entre o Brasil e a China, no entanto, evoluem fortemente em favor ao Brasil, parecendo contradizer, pelo menos no período em tela, a teoria de tendência de declínio dos preços dos produtos primários, devido ao recente *boom* das *commodities* causado, em larga medida, pela própria China. Este crescimento recente dos termos de troca é geralmente visto como positivo, já que significa uma valorização das exportações em relação às importações; seria imprudente, no entanto, assumir que os termos de troca serão eternamente favoráveis devido à natureza atípica de seu crescimento e ao curto intervalo de tempo disponível para comprovar uma tendência histórica. Em contraposição, para as teorias de foco industrial, o aumento dos termos de troca no comércio com a China seria um sinal de uma “doença holandesa”, que agravaria um processo de desindustrialização sofrido pelo Brasil por meio de taxas de câmbio sobreapreciadas, acelerando a perda deste importante setor; este fenômeno, no

comércio entre o Brasil e a China, seria visível por meio da composição da pauta exportadora assimétrica e da taxa de câmbio conjuntamente apreciada. Somado a isto, está a relevante concorrência chinesa nos tradicionais mercados das exportações brasileiras, demonstrando que, embora neste trabalho não tenha sido pormenorizado o efeito isolado do comércio chinês sobre a indústria, sua rota indicaria uma ameaça ao crescimento de longo prazo do país.

Finalmente, todos estes efeitos podem se modificar substancialmente dependendo dos rumos que a economia chinesa tomará. Enquanto que haja certo consenso em relação ao seu crescimento constante e mais desacelerado, inclusive do consumo de *commodities*, o mesmo não se pode dizer da composição que tomará o PIB chinês: se este mantiver a atual tendência de foco nos investimentos e nas exportações líquidas ao mundo, as ameaças ficarão ainda mais em evidência para o Brasil; se a tendência se reverter em direção a uma economia de consumo de massa, novas oportunidades surgirão onde hoje as perspectivas são desanimadoras.

5 CONCLUSÃO

Munido das principais evidências empíricas, cabe a este capítulo retomar os objetivos do trabalho e, ao menos, indicar o caminho ao qual os dados parecem levar. Foi constatado que o incrível crescimento chinês das últimas décadas se configura como um dos fenômenos macroeconômicos e geopolíticos mais relevantes do século XXI; uma mudança tão abrupta do cenário internacional suscita inúmeras questões quanto às ameaças e oportunidades levantadas, e isso não é diferente no Brasil. O Brasil, após trinta anos de relativa estagnação, busca alternativas para um cenário de crescimento sustentável, dentre as quais desponta a crescente interação com a China. Esta surge como um importante *player global*, apresentando tanto ameaças quanto oportunidades ao seu potencial de crescimento, conclusão esta que depende, em certa medida, da referência teórica tomada.

Economistas clássicos e ortodoxos focam nas possibilidades geradas pelo aumento expressivo do comércio, sendo a especialização produtiva e o aumento de bem-estar advindos de uma ampliação da possibilidade de consumo seus maiores pontos positivos. Economistas tidos como heterodoxos apontam que diversas excepcionalidades, tais como os movimentos nos termos de troca ou a composição do comércio e seus efeitos na indústria nacional podem reduzir o bem-estar e negar, ao menos em parte, os efeitos positivos do comércio. Quando relacionadas às evidências empíricas brasileiras, é possível relacionar claramente estas vertentes teóricas e suas conclusões, fazendo com que a única conclusão completamente errada seja a dogmática.

Há que se notar, também, a importância da nova conjuntura mundial a qual ambos os países estão inseridos, muito mais dinâmica e multipolar, que definitivamente influenciou significativamente o comércio bilateral. As correntes de comércio vêm crescendo mais intensamente que o produto das economias, e estas mesmas relações comerciais também já não mais tão óbvias, tendo a ultrapassagem futura do comércio Sul-Sul em relação ao Norte-Norte como a evidência mais contrastante da importância crescente das economias emergentes no mundo. Igualmente importante é a nova reorganização produtiva global, com foco na integração, fragmentação do processo produtivo e realocação de diversos setores tradicionalmente localizados nos países desenvolvidos em países em desenvolvimento. Todos estes fatores conspiram para que as economias se movam na direção de uma maior abertura e conexão com os mercados globais, inclusive a brasileira e a chinesa, em detrimento de uma

proteção excessiva e isolamento comercial como as duas economias, cada qual à sua maneira, faziam.

No curto prazo, foi inferido que as variáveis se comportam de maneira relativamente mais favorável ao Brasil: foram acumuladas reservas em divisas internacionais por meio de saldos comerciais expressivos, impulsionados pelo *boom* das *commodities* e os termos de troca favoráveis originados deste. No longo prazo, contudo, as perspectivas são incertas: se, por um lado, a especialização por meio do comércio internacional levaria a um aumento de eficiência de uso dos fatores disponíveis e um maior nível de bem-estar na economia, pelo outro lado, a composição da pauta de comércio pode ser desfavorável se os termos de troca involuírem, podendo prejudicar a indústria e, conseqüentemente, desacelerar o desenvolvimento do país.

O crescimento da China e como este se dará se torna, portanto, uma variável chave para o futuro da questão, já que possibilita o agravamento tanto das ameaças quanto das oportunidades apresentadas ao Brasil. Esta variável exógena, no entanto, não é determinística, e a solução para os problemas enfrentados pelo Brasil está no próprio Brasil, e não no exterior. O comércio com a China apenas apresenta-se como uma variável a qual o país precisa saber administrar em seu favor, especialmente no curto prazo, quando essa se provou favorável, para impulsionar o seu crescimento de longo prazo, blindar-se das ameaças apresentadas e fazer uso das oportunidades, não só da China, mas de todo o novo cenário econômico.

Deste trabalho, restam diversas questões em aberto, dentre as quais as mais importantes são as previsões das diversas variáveis aqui mencionadas, como uma tentativa de prever seu comportamento no longo prazo por meio de métodos estatísticos e reduzir o grau de incerteza sobre essas. Igualmente relevante seria um estudo sobre o impacto do comércio com a China nos diversos setores da matriz industrial brasileira, desagregando seu efeito sobre a indústria e ponderando os seus transbordamentos, clarificando, assim, o verdadeiro efeito da China na desindustrialização brasileira, setor a setor. Finalmente, este trabalho também não teve a pretensão de nem formular nem sugerir políticas econômicas a serem adotadas pelas autoridades, sendo este também um vasto campo a ser explorado, com diversos efeitos práticos, se aplicadas.

REFERÊNCIAS

- AHUJA, A.; NABAR, M. **Investment-led growth in China: global spillovers**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2012 (Working Paper No. 12/267). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp12267.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Aliceweb**. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- _____. **Outras estatísticas de comércio exterior**. Brasília, 2014b. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em: 1 nov. 2014.
- ANDERSON, J. E.; MARCOUILLER, D. Insecurity and the pattern of trade: an empirical investigation. **Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 84, n. 2, p. 342–352, May, 2002. Disponível em <<http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/003465302317411587>>. Acesso em: 08 set. 2014.
- ARNDT, S. W. Globalization and the open economy. **The North American Journal of Economics and Finance**, Nashville, v. 8, n. 1, p. 71–79, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1062940897900206>>. Acesso em: 08 set. 2014.
- BRESLIN, S. The “China model” and the global crisis: from Friedrich List to a Chinese mode of governance? **International Affairs**, London, v. 87, n. 6, p. 1323–1343, Nov. 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2011.01039.x/full>>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. **Existe doença holandesa no Brasil? IV Fórum de Economia de São Paulo. Anais...**São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- BRÜLHART, M. An Account of Global Intra-industry Trade, 1962–2006. **The World Economy**, London, v. 32, n. 3, p. 401–459, May. 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9701.2009.01164.x/full>>. Acesso em: 09 out. 2014.
- CADOT, O.; DE MELO, J.; OLARREAGA, M. Lobbying, counterlobbying, and the structure of tariff protection in poor and rich countries. **The World Bank Economic Review**, Oxford, v. 18, n. 3, p. 345–366, set. 2004. Disponível em: <<http://wber.oxfordjournals.org/content/18/3/345.short>>. Acesso em 10 out 2014.
- CASTRO, A. B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3–26, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/83-1.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2014.

_____. From semi-stagnation to growth in a sino-centric market. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 3–27, Jan./Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHANG, H.-J. **Kicking away the ladder**. London: Anthem, 2002.

CUDDINGTON, J. T.; LUDEMA, R.; JAYASURIYA, S. A. **Prebisch-Singer Redux**. Santiago: Central Bank of Chile, 2002.

CUNHA, A. M.; BICHARA, J. DA S.; LÉLIS, M. T. C. America latina y el ascenso de China: una perspectiva desde Brasil. **America Latina Hoy**, Salamanca, v. 65, p. 185–207, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/viewFile/alh201365185207/11860>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. DA S. Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208–236, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482012000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 ago. 2014.

DAVIS, D. R.; WEINSTEIN, D. E. **An account of global factor trade**. Cambridge: National bureau of economic research, 1998. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6785>>. Acesso em: 6 out. 2014.

DIXIT, A.; NORMAN, V. **Theory of international trade: a dual, general equilibrium approach**. Cambridge: University Press, 1980.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; SAMUELSON, P. A. Comparative advantage, trade, and payments in a Ricardian model with a continuum of goods. **The American Economic Review**, Nashville, v. 67, n. 5, p. 823–839, dez. 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.2307/1828066>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARRIBEAN – ECLAC. **The changing nature of Asian-Latin American economic relations**. Santiago, 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/en/publications/changing-nature-asian-latin-american-economic-relations>>. Acesso em: 01 set. 2014.

_____. **Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**. Santiago, nov. 2013. (working document). Disponível em: <<http://www.cepal.org/en/publications/chinese-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-china-latin-america-cross>>. Acesso em: 3 set. 2014.

EDWARDS, S. Openness, productivity and growth: what do we really know? **The Economic Journal**, London, v. 108, n. 447, p. 383–398, Mar. 1998. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00293/abstract>>. Acesso em: 22 out. 2014.

EICHENGREEN, B. **Sterling's past, dollar's future**: historical perspectives on reserve currency competition. Cambridge: National Bureau of Economic Research, maio 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11336>>. Acesso em: 15 set. 2014.

FINDLAY, R.; KIERZKOWSKI, H. International trade and human capital: a simple general equilibrium model. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 91, n. 6, p. 957–978, Dec. 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1831199>>. Acesso em: 06 out. 2014.

FINDLAY, R.; O'ROURKE, K. H. Commodity market integration, 1500–2000. In: BORDO, M. D.; TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON J. F. (Eds.) **Globalization in historical perspective**. Chicago: University of Chicago, 2003. p. 13–64. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c9585.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

FLYNN, D. O.; GIRÁLDEZ, A. Born with a “silver spoon”: the origin of world trade in 1571. **Journal of World History**, Honolulu, v. 91, n. 2, p. 201–221, Sep./Nov.1995. Disponível em: <<http://www.uhpress.hawaii.edu/journals/jwh/jwh062p201.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

FRANKEL, J. A. **Globalization of the economy**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Aug. 2000 (Working Paper No. 7858). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w7858>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FRANKEL, J. A.; ROMER, D. Does trade cause growth? **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 89, n. 3, p. 379–399, June 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/117025>>. Acesso em: 11 out. 2014.

FREUND, C. **The trade response to global downturns**: Historical evidence, Geneva: The World Bank, Aug. 2009 (Policy Research Working Paper No. WPS 5015). Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.com/handle/10986/4208>>. Acesso em: 13 out. 2014.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR – FUNCEX. **Banco de Dados**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.funcedata.com.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M. D.; TONETO JÚNIOR, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

GRILLI, E. R.; YANG, M. C. Primary commodity prices, manufactured goods prices, and the terms of trade of developing countries: what the long run shows. **The World Bank Economic Review**, Oxford, v. 2, n. 1, p. 1–47, Jan. 1988. Disponível em: <<http://wber.oxfordjournals.org/content/2/1/1.short>>. Acesso em: 09 out. 2014.

GUO, K.; N'DIAYE, P. **Is China's export-oriented growth sustainable?** Washington, D.C.: International Monetary Fund, Aug. 2009 (Working Paper No. 09/172). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=23177.0>>. Acesso em: 02 set. 2014.

HAMILTON, A. **Relatório sobre as manufaturas**. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.

HELPMAN, E.; KRUGMAN, P. R. **Market structure and foreign trade**: increasing returns, imperfect competition and the international economy. Cambridge: The MIT press, 1987.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **Data bank**. Washington, D.C., 2014a. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

_____. **Spillover Report**. Washington, D.C, June 2014b. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2014/062514.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

JENKINS, R.; BARBOSA, A. D. F. Fear for Manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 59–81, Mar. 2012. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0305741011001482>. Acesso em: 27 ago. 2014.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: an inaugural lecture**. Cambridge: University Press, 1966.

KEYNES, J. M. **General theory of employment, interest and money**. Ocala: Atlantic, 2006.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: economia e política**. 8. ed. São Paulo: Makron, 1999.

KRUGMAN, P. R. Is free trade passé? **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 1, n. 2, p. 131–144, Sept./Nov.1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1942985>>. Acesso em: 30 set. 2014.

LEONTIEF, W. W. **The structure of American economy, 1919-1939: an empirical application of equilibrium analysis**. New York: Oxford University Press, 1951.

LIN, J. Y. Rural reforms and agricultural growth in China. **The American Economic Review**, Nashville, v. 82, n. 1, p. 34–51, Mar. 1992. Disponível em: <<http://economics.lse.ac.uk/courses/ec307/L/lin.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

LIST, F. **Sistema nacional de economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MACDOUGALL, G. D. A. British and American exports: A study suggested by the theory of comparative costs. Part I. **The Economic Journal**, London, v. 61, n. 244, p. 697–724, 1951. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.2307/2226976>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

MADDISON, A. **The world economy: a millennial perspective**. Paris: OECD, 2003. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/development/the-world-economy_9789264022621-en>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Chinese economic performance in the long run**. 2. ed. Paris: OECD, 2007. Disponível em: <<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/4107091e.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

MAGNUSSON, L. G. Mercantilism. In: SAMUELS, W. G.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Eds.). **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 46–60.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. v. 1.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72–96, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 nov. 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Interconnected economies: benefiting from global value chains**. Paris, 2013. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oced/science-and-technology/interconnected-economies_9789264189560-en#page3>. Acesso em: 1 nov. 2014.

OHLIN, B. **International and interregional trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219–232, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003>. Acesso em: 02 nov. 2014.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. Conferência de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento. **Anais...Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**, 2005. Disponível em: <http://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

PORTER, M. E. The competitive advantage of nations. **Harvard Business Review**, Cambridge, Mar. 1990. Disponível em: <<https://hbr.org/1990/03/the-competitive-advantage-of-nations>>. Acesso em 08 ago. 2014.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47–111, set. 1949. Disponível em: <http://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/O-desenvolvimento-econ%C3%B4mico-da-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROACHE, S. K. **China’s impact on world commodity markets**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2012 (Working Paper No. 12/115). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=25898.0>>. Acesso em: 14 out. 2014.

RODRIK, D. Sense and nonsense in the globalization debate. **Foreign Policy**, Washington, D.C., n. 107, p. 19–37, June/Aug. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1149330?uid=2&uid=4&sid=21105431111103>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Industrial policy for the twenty-first century. **Centre for Economic Policy Research**, London, Nov. 2004 (Discussion Paper No. 4767). Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/UNIDOSep.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

ROWTHORN, R. E.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization: causes and implications. **Economic Issues**, Washington, D.C., n. 10, Apr.1997 (Working Paper No 97/42). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9742.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

SAMUELSON, P. A. International trade and the equalisation of factor prices. **The Economic Journal**, London, v. 58, n. 230, p. 163–184, June 1948. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2225933>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. The gains from international trade once again. **The Economic Journal**, London, v. 72, n. 288, p. 820–829, Dec.1962. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2228353>. Acesso em: 27 nov. 2013.

SINGER, H. W. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, Nashville, v. 40, n. 2, p. 473–485, May, 1950. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1818065>. Acesso em: 08 out. 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES DE LIMA, M. R.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, London, v. 82, n. 1, p. 21–40, Jan. 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2006.00513.x/abstract>>. Acesso em: 14 out. 2014.

STIGLITZ, J. E. **Globalization and its discontents**. New York: WW Norton & Company, 2002.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

THE GATED GLOBE. London: **The Economist**, London, 12 Oct. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21587785-gated-globe>>. Acesso em: 29 out. 2014.

TOYE, J. F. J.; TOYE, R. The origins and interpretation of the Prebisch-Singer thesis. **History of Political Economy**, Durham, v. 35, n. 3, p. 437–467, Sept./Nov. 2003. Disponível em: <<http://hope.dukejournals.org/content/35/3/437.refs>>. Acesso em: 08 out. 2014.

WORLD BANK. **Open data**. Washington, D.C., 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. **World Trade Report 2013**. Geneva, 2013. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/world_trade_report13_e.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. **Statistics database**. Geneva, 2014. Disponível em: <<http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

YU, Y. **Identifying the linkages between major mining commodity prices and China's economic growth-implications for Latin America**. Washington, D.C., Apr. 2011 (Working Paper No. 11/86). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=24803.0>>. Acesso em: 29 ago. 2014.